



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DANIELLE SILVA DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENQUANTO POLÍTICA
EDUCACIONAL – UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DO
MUNICÍPIO DE JAPERI /RJ**

**Seropédica, RJ
2025**

DANIELLE SILVA DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENQUANTO
POLÍTICA EDUCACIONAL – UM ESTUDO DE CASO EM UMA
ESCOLA DO MUNICÍPIO DE JAPERI /RJ**

Dissertação submetida como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação no Programa de
Pós-Graduação em Educação Agrícola.
Área de Concentração em Educação
Agrícola.

Orientadora: Dra. Sandra Regina
Gregório

**Seropédica, RJ
2025**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237n Santos , Thaíse da Paixão , 1985-
Narrativas de professores no município de Maraú -
Bahia: um estudo das condições de trabalho nas classes
multisseriadas de escolas rurais / Thaíse da Paixão
Santos . - Seropédica; Nova Iguaçu, 2024.
151 f.: il.

Orientador: Ramofly Bicalho dos Santos.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2024.

1. Condições de Trabalho Docente. 2. Classes
Multisseriadas. 3. Táticas Professorais. 4. Educação
do Campo. 5. Educação Básica. I. Santos, Ramofly
Bicalho dos , 1970-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N° 35/2025 - DTA (12.28.01.00.00.00.46)

Nº do Protocolo: 23083.029428/2025-23

Seropédica-RJ, 07 de junho de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE AGRONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DANIELLE SILVA DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 21/03/2025

Dra. SANDRA REGINA GREGORIO - UFRRJ

Orientadora

Dra. DANIELA CAETANO - FNMG

Membro externo

Dra. LUCIANA HELENA MAIA PORTE - UFRRJ

Membro externo

(Assinado digitalmente em 07/06/2025 19:49)

LUCIANA HELENA MAIA PORTE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)

Matrícula: ####447#1

Documento assinado digitalmente



DANIELA CAETANO

Data: 17/06/2025 16:52:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DANIELA CAETANO

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ####.###.376-##

(Assinado digitalmente em 07/06/2025 14:38)

SANDRA REGINA GREGORIO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DTA (12.28.01.00.00.00.46)

Matrícula: ####506#8

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **35**, ano: **2025**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **07/06/2025** e o código de verificação: **4b2928e5c0**

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Primeiramente, a Deus, por toda a sabedoria, entendimento e força que me susteram ao longo desta caminhada. Ao meu filho Gabriel e ao meu esposo Rafael, minha base inabalável, por sempre acreditarem na minha insistência, por me mostrarem diferentes formas de existir e resistir, e por entenderem minhas ansiedades e oferecerem apoio incondicional. À minha rede de apoio, minha verdadeira família, que esteve ao meu lado em todas as decisões da vida, meu mais profundo agradecimento.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, expresso minha gratidão por ser uma instituição pública que, mesmo diante de tantas ameaças e desafios, continua acolhendo estudantes cheios de sonhos e expectativas. Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, agradeço por proporcionar a oportunidade de retornar à vida acadêmica e unir isso à minha prática docente na educação básica, algo que antes parecia impossível.

À Prof. Dra. Sandra R Gregório, minha orientadora, minha imensa gratidão por aceitar conduzir este trabalho e acolher minhas angústias e incertezas, transformando-as em palavras de incentivo. Obrigada por guiar a escrita desta pesquisa com compreensão, paciência e afeto, tornando este processo mais humano e enriquecedor.

Aos colegas de curso, que se tornaram amigas e amigos ao longo dessa trajetória. Obrigada por compartilharem suas vivências, angústias e alegrias, por me ensinarem tanto e por me inspirarem ainda mais. Vocês fizeram toda a diferença nesta jornada.

Às professoras da Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti, que foram a essência desta pesquisa. Sem vocês, nada disso seria possível. O coração e a alma deste trabalho pertencem a cada uma de vocês.

À minha amiga Suelen Dart, por estar sempre ao meu lado e, especialmente, por assumir meu lugar em sala de aula quando precisei me ausentar para orientações. Seu apoio foi essencial e inesquecível.

À minha psicóloga Denise Garcia, por me acompanhar em cada adversidade enfrentada ao longo da escrita. Obrigada por me ajudar a manter a clareza e a força necessárias para concluir este trabalho.

Por fim, agradeço por todas as oportunidades que me permitiram trilhar este caminho e concretizar este sonho. A jornada foi intensa e desafiadora, mas profundamente transformadora. Obrigada a todos que fizeram parte dela.

RESUMO

Santos, Danielle Silva. **A educação alimentar e nutricional enquanto política educacional – um estudo de caso em uma escola do município de Japeri/ RJ, 2025.85f.** (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

A presente pesquisa abordou a prática da transversalidade da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti (DAR). Utilizando uma abordagem qualitativa, a investigação incluída revisão documental centrada na Lei nº 13.666/2018. Para tal, foram empregues análises de documentos e registros que estavam arquivados na secretaria da escola, representando fontes valiosas de informações históricas e contemporâneas. A metodologia adotada incorporou uma abordagem de pesquisa de campo com entrevistas presenciais, direcionada as professoras de educação infantil e conexões entre legislação, documentos institucionais e prática docente. Destacou-se a importância da EAN transcender fronteiras curriculares, integrando-se interdisciplinarmente. A abordagem crítica foi crucial, incentivando questionamentos sobre influências sociais, econômicas e ambientais nas escolhas alimentares. A EAN, quando abordada abrangente e criticamente, não apenas transmite conhecimentos nutricionais, mas também capacita para escolhas informadas e promove a formação de cidadãos conscientes. A pesquisa contribuiu significativamente para o entendimento das dinâmicas educacionais na Escola DAR, estabelecendo conexões entre a legislação educacional, os documentos institucionais e a prática docente. Dessa forma, buscou-se enriquecer o debate acadêmico sobre a aplicação da EAN nas escolas, proporcionando subsídios para aprimoramentos nas políticas educacionais e práticas pedagógicas relacionadas à alimentação e nutrição, para alcançar esse propósito, é imperativo que a EAN transcenda as fronteiras curriculares convencionais e se integre de maneira interdisciplinar, aproveitando-se de diversas disciplinas para contextualizar as questões alimentares. O entendimento da origem dos alimentos, dos processos de produção, distribuição e consumo, bem como a consciência sobre a procedência e qualidade dos alimentos, são elementos cruciais nesse processo.

Palavras-chaves: currículo, segurança alimentar, transversalidade.

ABSTRACT

Santos, Danielle Silva. **Food and Nutritional Education as an Educational Policy – A Case Study in a School in the Municipality of Japeri/RJ.** 2025.85p. (Master's in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

This research addressed the practice of transversality in Food and Nutritional Education (FNE) at the Darcílio Ayres Raunheitti Municipal School (DAR). Employing a qualitative approach, the study included a document review focused on Law No. 13,666/2018. To achieve this, analyses of documents and records archived at the school's administration were conducted, representing valuable sources of historical and contemporary information. The adopted methodology incorporated field research with face-to-face interviews aimed at early childhood educators, exploring connections between legislation, institutional documents, and teaching practices. The study underscored the importance of FNE transcending curricular boundaries by integrating interdisciplinary perspectives. The critical approach was crucial, prompting inquiries into the social, economic, and environmental influences on food choices. When approached comprehensively and critically, FNE not only transmits nutritional knowledge but also empowers individuals to make decisions and fostered the development of conscious citizens. The research contributed significantly to understanding the educational dynamics at DAR by establishing links between educational legislation, institutional documents, and classroom practices. Thus, the aimed to enrich the academic debate on the implementation of FNE in schools, providing foundations for improvements in educational policies and pedagogical practices related to food and nutrition. To achieve this goal, it is imperative that FNE transcended conventional curricular boundaries and be integrated in an interdisciplinary manner, drawing upon various disciplines to contextualize food issues. Understanding the origin of food, as well as its production, distribution, and consumption processes, along with awareness of food provenance and quality, proved to be crucial elements in this process.

Keywords: curriculum, food security, transversality.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Estudos relacionados em pesquisa de dissertação 34

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Compreensão das professoras entrevistadas acerca da Lei 13.666/2018 e a sua importância no contexto educacional	42
Quadro 2 - Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal no contexto educacional	49
Quadro 3 - Abordagem no currículo escolar sobre a Educação Alimentar e Nutricional.....	51
Quadro 4 - Como que a Lei 13.666/2018 influencia a prática pedagógica	55
Quadro 5 - Percepções das professoras sobre a influência da política pública de alimentação escolar em relação ao apoio à sua efetivação na rede municipal.....	57
Quadro 6 - Como que as professoras veem a Educação Alimentar e Nutricional no Projeto Político Pedagógico e os desafios e as oportunidades.....	59
Quadro 7 - Exemplos de práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras para integrar a Educação Alimentar e Nutricional no ensino	61
Quadro 8 – Descrição do envolvimento dos alunos em atividades relacionadas à Educação Alimentar e Nutricional	64
Quadro 9 - Descrição dos principais desafios enfrentados na aplicação da Educação Alimentar e Nutricional suas aulas	66
Quadro 10 - Avaliação dos resultados do ensino da Educação Alimentar e Nutricional na prática pedagógica das professoras.....	69

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

- BNCC - Base Nacional Comum Curricular
- CAE - Conselho se Alimentação Escolar
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEP - Conselho de Ética na Pesquisa
- CME - Campanha de Merenda Escolar
- CNAE - Campanha Nacional de Merenda Escolar
- DAR- Darcílio Ayres Raunheitti
- DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
- EAN - Educação Alimentar e Nutricional
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases
- LOSAN - Lei orgânica de segurança alimentar e nutricional
- MEC - Ministério da Educação
- ODS - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNAN - Política nacional de Alimentação e nutrição
- PPC - Projeto Político de Curso
- PPP - Projeto Político Pedagógico
- SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
- SEMAE – Setor Municipal de Alimentação Escolar
- SEMED - Secretaria Municipal de Educação
- SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- SME - Secretaria Municipal de Educação
- TCU - Tribunal de Contas da União
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Objetivos	2
2	REFERENCIAL TEORICO DA PESQUISA	3
2.1	Considerações iniciais acerca do tema da pesquisa.	3
2.2	Breves considerações acerca de conceitos e históricos da alimentação escolar	5
2.3	Políticas públicas para alimentação escolar	10
2.4	Educação alimentar e nutricional enquanto política educacional	14
2.4.1	Educação alimentar e nutricional nos currículos escolares	16
2.4.2	A escola como um espaço para a promoção da alimentação adequada e saudável	20
2.4.3	Educação Alimentar e Nutricional e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)	23
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1	Locus da Pesquisa	24
3.2	Tipo de pesquisa e abordagem metodológica	25
3.3	Etapas da pesquisa.....	26
3.3.1	Identificação de abordagens dominantes e tendências sobre o tema de estudo- Estado da arte da pesquisa.....	27
3.3.2	Identificação da frequência na efetivação de professoras no DAR.	28
3.3.3	O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola DAR e a transversalidade do tema educação alimentar e nutricional segundo a lei 13666/2018.....	28
3.3.4	Verificando a percepção das professoras do ensino infantil e fundamental em relação transversalidade do tema educação alimentar e nutricional (EAN)	29
3.3.4.1	Participantes da Pesquisa.....	30
3.3.4.2	Roteiro de Entrevistas.....	30
3.3.4.3	Conduta ética na pesquisa.....	31
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
4.1	Abordagens dominantes e tendências sobre o tema de estudo- Estado da arte da pesquisa	33
4.2	Descrevendo sobre a frequência da efetivação de professoras, no período de 2015 a 2024, na Escola DAR	37
4.3	O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola DAR e a transversalidade do tema educação alimentar e nutricional segundo a lei 13666/2018.....	39

4.4	Percepções das professoras sobre a educação alimentar e nutricional (EAN) e a formação de hábitos alimentares saudáveis.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
7	APÊNDICES.....	81
	Apêndice I - Termo de anuênci a da escola para realização da pesquisa	82
	Apêndice II - Termo de consentimento livre e esclarecido	83
	Apêndice III- Roteiro de entrevistas	85

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a implementação da Lei nº 13.666/2018, que estabelece a obrigatoriedade da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como tema transversal nos currículos escolares, tendo como campo empírico a Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti (DAR), localizada no município de Japeri/RJ. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com revisão documental e investigação de campo, buscando compreender como essa política pública tem sido incorporada no cotidiano escolar e no Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade.

A promulgação da Lei nº 13.666/2018 representa um marco importante para a consolidação da EAN como um dos temas transversais da educação básica, conforme previsto no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996. Este reconhecimento formal reforça a necessidade de abordar, de forma integrada e interdisciplinar, questões relacionadas à alimentação saudável, ao autocuidado e à promoção de hábitos alimentares conscientes e sustentáveis no ambiente escolar. A inclusão da EAN no currículo visa estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, fortalecendo a saúde e a cidadania (Brasil 2018).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao reconhecer a EAN como um tema transversal, legitima sua presença nos currículos escolares e orienta práticas pedagógicas que articulem saberes diversos, favorecendo a formação integral dos estudantes. Para o Ministério da Educação (MEC, 2019), a transversalidade da EAN está associada ao desenvolvimento de competências gerais que envolvem o cuidado com a saúde, a responsabilidade social e o exercício da cidadania. Nesse sentido, a escola passa a desempenhar um papel estratégico na promoção da saúde, na prevenção de doenças relacionadas à alimentação e na construção de uma consciência crítica sobre os processos que envolvem a produção, o consumo e a cultura alimentar.

No entanto, a efetivação dessa legislação no cotidiano escolar enfrenta desafios estruturais, formativos e pedagógicos. Muitas vezes, a transversalidade da EAN é tratada de forma superficial ou limitada a projetos pontuais, sem articulação com o currículo ou com a formação continuada dos professores. De acordo com Silva e Santos (2020), “a ausência de formação específica dos docentes e a fragmentação do currículo escolar ainda constituem obstáculos para a integração efetiva da EAN como componente educativo”.

Nesse contexto, torna-se necessário investigar em que medida os dispositivos legais estão sendo traduzidos em práticas educativas concretas e coerentes com os princípios da lei.

Ao analisar o caso da Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti, esta pesquisa buscou identificar as potencialidades e os entraves para a implementação da EAN como tema transversal, considerando aspectos como a formação docente, os materiais didáticos, o PPP da escola e a percepção dos educadores sobre o tema. Como destaca Freire (1996), a prática educativa deve estar a serviço da libertação e da construção crítica da realidade, o que, no campo da alimentação, implica reconhecer a EAN como direito e como instrumento de transformação social.

Acredita-se que os resultados obtidos possam subsidiar ações que fortaleçam a integração entre o currículo escolar e a alimentação escolar, beneficiando não apenas os estudantes, mas toda a comunidade educativa. Além disso, pretende-se oferecer subsídios para reflexões mais amplas sobre o papel da escola na promoção da saúde e da cidadania alimentar, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e alimentares. Nesse sentido, Louro (1997) lembra que o espaço escolar é também lugar de disputas simbólicas, onde se constroem sentidos e identidades, inclusive em torno da alimentação, da saúde e da vida em sociedade.

1.1 Objetivos

Objetivo Geral

Analisar como a educação alimentar e nutricional, segundo o tema transversal no currículo escolar é percebida pelas professoras da Escola Municipal Darcilio Ayres Raunheitti (DAR), do município de Japeri-RJ, quanto a sua relevância na educação infantil e fundamental.

Objetivos Específicos

- Identificar as abordagens dominantes e as tendências atuais sobre o tema de estudo através de pesquisas prévias;
- Conhecer, através de uma análise diagnóstica, os fatores que promoveram a frequência da efetivação de professoras no período de 2015 a 2024 na Escola DAR;
- Verificar como está articulado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola DAR, a transversalidade do tema educação alimentar e nutricional conforme a lei 13666/2018;
- Compreender, através da percepção das professoras do ensino infantil e fundamental, como a educação alimentar e nutricional (EAN) pode contribuir para formação de hábitos alimentares saudáveis.

2 REFERENCIAL TEORICO DA PESQUISA

2.1 Considerações iniciais acerca do tema da pesquisa.

Moraes (2015) destaca a importância de adotar a transdisciplinaridade na educação como uma resposta à necessidade de cultivar uma ética voltada para a vida. Isso implica na reintegração do cosmo, da humanidade e da vida, resgatando os valores de solidariedade, gratidão e respeito para com a vida e todos os seres. Além disso, em outra obra, Moraes (2008, p.185) afirma que:

“ [...] o papel homogeneizador da escola tradicional, pois o fracasso escolar também está associado à desarticulação entre cultura escolar e cultura individual e social. O pensar complexo e transdisciplinar valoriza a inclusão e não a exclusão, reconhece e valoriza as práticas sociais inclusivas e participativas, e trabalha na perspectiva de uma educação intercultural”

Educação alimentar e nutricional, conforme a Lei 11.947/2009, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fica sob a responsabilidade dos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar os currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: “[...] educação alimentar e nutricional” (Brasil, 2017. p.21).

De acordo com Lima (2018), uma alimentação saudável e de qualidade no âmbito escolar auxilia o processo de aprendizagem do educando e, consequentemente, aumente seu desempenho e permanência na escola. Sendo visto que, crianças e adolescentes apresentam melhorias no desenvolvimento escolar, compreensão e aprendizagem, devido que em casa e na escola.

A falta de uma alimentação adequada pode prejudicar a aprendizagem e o desenvolvimento escolar comprometendo tanto a compreensão quanto o rendimento, seja em casa, seja na escola, e causando problemas cognitivos, motores e afetivos (Amorim, 2018).

Crianças bem alimentadas possuem mais energia e são mais produtivas no ambiente escolar, além de manifestarem maior interesse e disposição para aprenderem após a merenda (Silva, 2020).

A fome sempre foi uma realidade para muitas famílias brasileiras e, diante do cenário

atual, essa situação se agravou. Devido à pandemia de Covid-19, doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, famílias em situação de vulnerabilidade têm enfrentado dificuldades para acessar alimentos saudáveis em quantidades suficientes para suprir suas necessidades nutricionais diárias (Rodrigues et al., 2021).

Sendo assim, é constatado que a alimentação saudável, nutritiva e equilibrada é inteiramente importante para diversas funções do nosso organismo, especialmente, para a melhoria da aprendizagem, do desempenho escolar e desenvolvimento humano de crianças e adolescente em idade escolar (Alves; Cunha, 2020; Gomes, 2020).

Segundo Silva (2020), professores relatam que, após os alunos se alimentarem, há um maior rendimento escolar, o que reforça ideia da promoção de ações de Educação Alimentar e Nutricional, sobre alimentação saudável e nutricional em ambientes escolares, especialmente para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, objetivando um melhor desempenho escolar.

Em resposta aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), várias leis e decretos foram estabelecidos para incorporar o estudo sobre alimentação saudável nas escolas, desempenhando um papel crucial na transformação dos hábitos alimentares dos brasileiros. Essa evolução culminou na decisão de incluir a Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), por meio da Lei nº 13.666 de 16 de maio de 2018. Posteriormente, essa determinação foi reafirmada na homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (Brasil, 2017).

Estas diretrizes governamentais desempenham um papel significativo ao abordar a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em diversos contextos e disciplinas. A proposta de integrar as temáticas de Alimentação e Nutrição parte do princípio de que é impraticável separar a cultura alimentar, entendida como comportamento social e histórico da ciência da nutrição (Lima, 2000). Ambas, embora distintas, complementam-se na promoção da alimentação saudável.

O objetivo da Educação Alimentar e Nutricional é promover discussões sobre hábitos saudáveis entre alunos e comunidade escolar. O foco está em desenvolver estratégias pedagógicas que esclareçam as vantagens associadas às escolhas alimentares. Essa abordagem não se limita a uma iniciativa isolada, mas está integrada ao tema transversal dos currículos escolares da educação básica. Corroborando, Almeida (2006) destaca que os temas transversais desempenham um papel fundamental no modelo educacional proposto pelos

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), contribuindo para a formação integral dos alunos e para a construção de uma sociedade mais igualitária, humana e solidária.

2.2 Breves considerações acerca de conceitos e históricos da alimentação escolar

A presente dissertação tem como objetivo analisar a implementação da Lei nº 13.666/2018, que estabelece a obrigatoriedade da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como tema transversal nos currículos escolares, tendo como campo empírico a Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti (DAR), localizada no município de Japeri/RJ. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com revisão documental e investigação de campo, buscando compreender como essa política pública tem sido incorporada no cotidiano escolar e no Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade.

A promulgação do tema transversal da educação alimentar e nutricional representa um marco importante para a consolidação da EAN como um dos temas transversais da educação básica, conforme previsto no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996. Este reconhecimento formal reforça a necessidade de abordar, de forma integrada e interdisciplinar, questões relacionadas à alimentação saudável, ao autocuidado e à promoção de hábitos alimentares conscientes e sustentáveis no ambiente escolar. Segundo Brasil (2018), a inclusão da EAN no currículo visa “estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, fortalecendo a saúde e a cidadania”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao reconhecer a EAN como um tema transversal, legitima sua presença nos currículos escolares e orienta práticas pedagógicas que articulem saberes diversos, favorecendo a formação integral dos estudantes. Para o Ministério da Educação (MEC, 2019), a transversalidade da EAN está associada ao desenvolvimento de competências gerais que envolvem o cuidado com a saúde, a responsabilidade social e o exercício da cidadania. Nesse sentido, a escola passa a desempenhar um papel estratégico na promoção da saúde, na prevenção de doenças relacionadas à alimentação e na construção de uma consciência crítica sobre os processos que envolvem a produção, o consumo e a cultura alimentar.

No entanto, a efetivação dessa legislação no cotidiano escolar enfrenta desafios estruturais, formativos e pedagógicos. Muitas vezes, a transversalidade da EAN é tratada de forma superficial ou limitada a projetos pontuais, sem articulação com o currículo ou com a formação continuada dos professores. De acordo com Silva e Santos (2020), “a ausência de forma-

ção específica dos docentes e a fragmentação do currículo escolar ainda constituem obstáculos para a integração efetiva da EAN como componente educativo”.

Nesse contexto, torna-se necessário investigar em que medida os dispositivos legais estão sendo traduzidos em práticas educativas concretas e coerentes com os princípios da lei. Ao analisar o caso da Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti, esta pesquisa pretende identificar as potencialidades e os entraves para a implementação da EAN como tema transversal, considerando aspectos como a formação docente, os materiais didáticos, o PPP da escola e a percepção dos educadores sobre o tema. Como destaca Freire (1996), a prática educativa deve estar a serviço da libertação e da construção crítica da realidade, o que, no campo da alimentação, implica reconhecer a EAN como direito e como instrumento de transformação social.

Acredita-se que os resultados obtidos possam subsidiar ações que fortaleçam a integração entre o currículo escolar e a alimentação escolar, beneficiando não apenas os estudantes, mas toda a comunidade educativa. Além disso, pretende-se oferecer subsídios para reflexões mais amplas sobre o papel da escola na promoção da saúde e da cidadania alimentar, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e alimentares. Nesse sentido, Louro (1997) lembra que o espaço escolar é também lugar de disputas simbólicas, onde se constroem sentidos e identidades — inclusive em torno da alimentação, da saúde e da vida em sociedade.

O surgimento do programa da merenda escolar na história da educação brasileira teve início na década de 1940, quando se defendeu pela primeira vez uma proposta governamental sobre o fornecimento de alimentação escolar. No entanto, nesse momento ainda não era possível se concretizar esse feito por causa da discussão em torno da disponibilidade de recursos financeiros (Brasil, 2009).

Nesse contexto, na década de 1950, o governo federal elaborou um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição no Brasil, e partir desse plano, se estruturou um programa de merenda escolar nacional, sob a responsabilidade da Secretaria de Informação Legislativa, que posteriormente, foi publicado um decreto que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME)- Decreto, nº 37.106, de 31 de março de 1955 (Brasil, 1955).

Dez anos mais tarde, em setembro de 1965, essa lei foi alterada através do Decreto, Nº 56.886, de 20 de setembro de 1965, (Brasil, 1965), passando a ser denominada Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). A partir desse momento surgiram parcerias com programas norte americanos, dentre eles encontra-se: Alimento e Paz, financiado pelos Estados Unidos, que foi um programa voltado para a população carente e de crianças em

idade escolar.

Para Roberto DaMatta (1997b), a comida é um importante código de expressão da sociedade brasileira, tanto quanto a política, a economia, a família, o espaço e o tempo. Todavia, há diferenças entre comida e alimento, “alimento é tudo que pode ser ingerido para manter a pessoa viva; comida é tudo que se come com prazer, de acordo com as regras mais sagradas” (DaMatta, 1997b, p. 55).

(...) professores, merendeiras e pais de alunos, em discussões que mostrem a função social e o significado dado à merenda escolar e ao atendimento das necessidades nutricionais das crianças durante a jornada escolar (...) valem mais do que aulas tradicionais apoiadas em cartazes coloridos sobre noções de boa alimentação” (Pipitone, 1995, p.48-52, *apud* DaMatta, 1997b).

O inciso VII do artigo 208 da Constituição Federal (Brasil, 1988) garantiu aos alunos do ensino fundamental o direito à alimentação escolar, pois antes necessitava- se de convênio com órgãos municipais, de acordo com o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Através deste plano, passaram a ser beneficiados alunos do ensino básico, pré-escolas, creches, alunos da educação indígena, quilombolas e educação especial, que tinham matrícula em escolas públicas dos municípios, dos estados, do Distrito Federal, além de escolas filantrópicas, conforme o censo escolar realizado pelo INEP, sempre visando suprir parcialmente as necessidades dos alunos beneficiários, através da oferta de no mínimo uma refeição diária, atendendo os requisitos nutricionais, garantindo- lhe uma alimentação igualitária.

No decorrer do tempo leis foram sofrendo alterações, até chegarem aos anos de 2003 a 2009, quando ocorreu um grande avanço com a criação do programa Fome Zero, contemplando a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Visando a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis em um contexto da realização do direito humano, a alimentação adequada, considerava e sempre valorizou a identidade e os diferentes hábitos alimentares, que atravessam a diversidade regional e cultural presente nas diferentes especificidades e territorialidades que compõem esse imenso país que é o Brasil (Brasil, 2009).

Em 16 de junho de 2009 foi sancionada a lei de nº11. 947, que determinava 30% do valor que é passado para os Estados, Municípios e o Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, criando assim um vínculo com a produção alimentícia agrícola regional (BRASIL,

2009).

Durante a década de 50, o Brasil apresentou uma postura direcionada para a merenda escolar, na busca da redução da evasão escolar e da repetência, visando melhorias no rendimento escolar e nos hábitos alimentares. Sendo assim, torna-se importante identificar quando, onde, como, o que e com quem se come Monteiro, (2005).

Monteiro (2005, p.33) define o papel da merenda escolar destacando que “o direito à aprendizagem escolar e à alimentação balanceada estão intimamente ligados”, ressaltando, assim, que a importância da distribuição da merenda escolar está comprovada em diversos estudos e pesquisas, uma dessas pesquisas foi realizada e publicada pela Universidade Estadual de Campinas, diz que para 50% dos alunos da região Nordeste, a merenda escolar é considerada a principal refeição do dia (Monteiro, 2005, p.33).

Gaglione (2006, p.104) considera que “os professores têm uma influência importante frente às atitudes dos estudantes devido o seu contato expressivo e envolvimento com a escola e ambiente social.” O autor também destaca que o professor exerce influência positiva sobre a formação de comportamento do aluno uma vez que “a alimentação e a educação são processos da saúde e de hábitos alimentares saudáveis que se dão pela divulgação de informações e práticas adotadas no ambiente escolar”.

Sonatti (2009, p.29) considera, ainda que “a criança passa parte de sua vida na escola e a outra parte no ambiente familiar, os quais devem somar forças para desenvolver na criança hábitos saudáveis de vida”.

Nesse contexto, Sonatti (2009) ressalta também que o ambiente escolar, aliado à alimentação saudável que é preparada nas cozinhas escolares, proporciona condições ideais para o desenvolvimento integral da criança, prevenindo problemas de saúde e fortalecendo o aprendizado. A relevância da merenda escolar torna-se, portanto, evidente para os estudantes.

Cavalcanti (2009) reforça essa perspectiva, destacando a importância da alimentação no desenvolvimento global das crianças especialmente quanto aos aspectos corporal e nutricional durante o período escolar.

Segundo o autor, é nessa fase que a criança adquire um processo evolutivo nutricional e biológico ressaltando que o consumo de alimentos inadequados resulta em um grande esgotamento das reservas orgânicas de micronutrientes, gerando malefícios para as crianças e adolescentes como atraso no desenvolvimento, redução na atividade física, diminuição na capacidade de aprendizagem, baixa resistência às infecções e maior suscetibilidade a doenças.

Entendemos, portanto, que a escola é um espaço que deve promover qualidade de vida

e saúde em seu currículo pedagógico e também buscar incluir sempre a participação de responsáveis, a comunidade escolar e social para que venha se expandir cada vez mais a questão da alimentação escolar e seus benefícios. Segundo o manual de orientação para a alimentação escolar na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e na educação de jovens e adultos:

“A escola por sua vez exerce notável influência na formação de crianças e adolescentes constituindo se centro de convivência e ensino aprendizagem [...], que mostra a importância que o ambiente escolar tem no auxílio a criação de novos hábitos para os estudantes, sendo assim a escola é um ambiente totalmente apropriado para implantar novos hábitos alimentícios sendo ele ambiente construtor de novos saberes, novas experiência e cultura alimentar, sempre estimulando o consumo das frutas, das hortaliças, dos legumes, dos cereais e verduras” (Vilarta, 2010, p.15).

De acordo com Dall’agnol (2017, p.05), o Brasil é o quarto maior produtor de alimentos do mundo. Contudo, contraditoriamente ao que se apresenta na pesquisa realizada pelo autor, nos deparamos com milhares de pessoas enfrentando a fome e a desnutrição de forma alarmante a maioria dessas pessoas vivem no campo e trabalham com a produção dos alimentos, porém ganham um salário muito pequeno que, ao término do pagamento de suas obrigações pouco sobra para comprar o que comer. Nesse sentido, começam a surgir questionamentos, como: Para onde será que vai toda essa produção de alimentos? Como isso está sendo distribuído? Será que há algum culpado? Há falta de uma política pública na área social de excelência em nosso país. Precisamos que os legisladores repensem seus conceitos e que ajam com responsabilidade. Precisamos que a nossa política pública na área social implemente algo que seja capaz de distribuir algum tipo de ajuda financeira mais justa para que a população possa comprar seu próprio alimento.

Quando pensamos em alimentação, também pensamos em saúde. Uma criança em fase escolar com uma alimentação digna e saudável, terá ganhos em seu aprendizado porque ela necessita de vitaminas que se encontram em determinados alimentos, bem como, reduziria o índice de desnutrição e de doenças.

Nesse contexto a educação, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) assume papel fundamental como instrumento para promover a saúde e o bem-estar físico e população, além de prevenir doenças (Verthein; Amaparo-Santos, 2021).

Em 2021, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorpora a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como parte integrante dos currículos escolares em todo o país.

Esse movimento reflete a crescente preocupação com a saúde e o bem-estar físico da população, reconhecendo a importância da educação para prevenir doenças e promover hábitos alimentares saudáveis desde a infância (Brasil,2021).

Em 2021, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorpora a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como parte integrante dos currículos escolares em todo o país. Esse movimento reflete a crescente preocupação com a saúde e o bem-estar físico da população, reconhecendo a importância da educação para prevenir doenças e promover hábitos alimentares saudáveis desde a infância (Brasil,2021).

À medida que a Educação Alimentar e Nutricional se consolida nas escolas, começam a surgir os primeiros resultados positivos. Estudos e pesquisas indicam uma melhoria nos hábitos alimentares dos estudantes, uma maior conscientização sobre a importância da nutrição e uma redução nas taxas de obesidade e outras doenças relacionadas à alimentação (Silva et al., 2022; Oliveira; Santos, 2023).

Apesar dos avanços, também surgem desafios. Identificam-se necessidades de aprimoramento na formação dos professores, na infraestrutura das escolas e na integração da EAN com outras áreas do currículo. O diálogo entre educadores, especialistas em nutrição e gestores educacionais torna-se essencial para enfrentar esses desafios e garantir a eficácia contínua da Educação Alimentar e Nutricional no contexto escolar (Pereira; Lima, 2022; Souza et al., 2023).

Ao final do período cronológico, a Educação Alimentar e Nutricional emerge como um pilar fundamental da educação brasileira. Através da integração da EAN nos currículos escolares e do compromisso contínuo com a formação de professores e aprimoramento das práticas pedagógicas, o Brasil dá passos significativos na promoção da saúde e do bem-estar da população, fortalecendo assim o papel da educação na construção de uma sociedade mais saudável e sustentável (Santos; Almeida, 2024; Ribeiro, 2024).

2.3 Políticas públicas para alimentação escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma iniciativa fundamental para o Brasil, que desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral dos estudantes, proporcionando não apenas nutrição, mas também segurança alimentar e incentivo à educação (Brasil,2009).

Além disso, ele contribui para a redução das desigualdades sociais, ao garantir que

crianças e adolescentes de diferentes origens tenham acesso a uma alimentação adequada.

Representando uma ponte entre educação, saúde e nutrição. Ao garantir o acesso dos estudantes a refeições de qualidade, o programa está investindo no futuro do país, nutrindo tanto os corpos quanto as mentes das próximas gerações.

O PNAE caracteriza-se como a política de segurança alimentar e nutricional de uma importância muito significativa para o país. Sendo conceituado como um dos maiores e mais importantes programas de alimentação escolar (Brasil, 2023).

A cidade de Japeri, localizada no estado do Rio de Janeiro, tem buscado desenvolver políticas públicas que atendam às necessidades e demandas de sua população. Através de ações estratégicas, o município tem como objetivo promover o bem-estar de seus cidadãos, fortalecer a infraestrutura local e melhorar a qualidade de vida. Alguns dos principais aspectos das políticas públicas em Japeri, destacando os avanços alcançados, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras (Japeri, 2023).

Segundo dados da secretaria municipal de educação do município de Japeri, o Setor Municipal de Alimentação Escolar (Semae) é responsável por gerenciar a alimentação em todas as unidades da rede municipal de ensino, em observância às normas gerais - estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação, bem como pela transferência dos recursos financeiros para a aquisição de gêneros alimentícios (Japeri, 2023).

O FNDE é órgão que coordena o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de bons hábitos alimentares, além de, suprir, no mínimo, 20% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica. O repasse é feito diretamente ao município, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, e pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Atualmente o setor conta com sete nutricionistas que atendem todas as escolas municipais.

Assim, o Programa visa: Elaborar os cardápios para o mês que é diferenciado, para atender a realidade da unidade escolar está inserida: rural, urbana, de tempo integral e de educação infantil. Fornecer gêneros alimentícios para 100% dos alunos matriculados nas escolas regulares, conforme cardápio elaborado pelo SEMAE. Promover o monitoramento, controle e fiscalização preventiva nas escolas. Garantir o fornecimento de alimentos com

padrão de qualidade nutricional e de segurança alimentar. Planejamento, incluindo o cardápio e o cronograma de entrega. Avaliar periodicamente a aceitabilidade dos cardápios das escolas (BRASIL,2009)

As políticas públicas relacionadas à merenda escolar no estado do Rio de Janeiro se enquadram principalmente sob a regulamentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é uma iniciativa do governo federal. O PNAE visa garantir a alimentação adequada e saudável dos alunos da educação básica em escolas públicas de todo o país, incluindo o estado do Rio de Janeiro. No entanto, é possível que o estado tenha implementado estratégias complementares ou específicas para complementar o PNAE (Brasil,2009)

O PNAE estabelece diretrizes gerais para a oferta de refeições nutritivas e equilibradas nas escolas públicas, enfatizando a promoção da alimentação saudável, a inclusão de alimentos regionais e a compra de produtos provenientes da agricultura familiar.

Neste sentido, as políticas públicas do Rio de Janeiro relacionadas à merenda escolar provavelmente incluem (Brasil, 2009):

Aquisição de Alimentos: O estado do Rio de Janeiro deve seguir as diretrizes do PNAE para a aquisição de alimentos para a merenda escolar. Isso pode incluir a priorização de produtos da agricultura familiar, que contribui para o desenvolvimento local e a diversificação da dieta escolar (Brasil,2009).

Planejamento Nutricional: As políticas públicas devem abordar a elaboração de cardápios equilibrados, que atendam às necessidades nutricionais dos alunos e promovam uma alimentação saudável (Brasil,2013).

Qualidade e Higiene: As políticas devem garantir que as refeições fornecidas estejam em conformidade com padrões de qualidade e higiene alimentar, assegurando a segurança dos estudantes.

Participação da Comunidade: É importante que as políticas promovam a participação dos pais, responsáveis, alunos e comunidade escolar na definição e acompanhamento das ações relacionadas à merenda escolar (Brasil,2004).

Monitoramento e Avaliação: O estado deve estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir a eficácia das políticas de merenda escolar, incluindo a qualidade das refeições e a adequação dos recursos.

Direito à alimentação e desenvolvimento infantil: A teoria dos direitos humanos enfatiza o acesso à alimentação adequada como um direito fundamental. No contexto escolar,

esse direito se torna ainda mais relevante, visto que a merenda escolar não apenas visa suprir necessidades nutricionais, mas também influencia diretamente o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças. Tem sido destacada a relação intrínseca entre nutrição e desenvolvimento humano, evidenciando que a ausência de uma alimentação adequada pode comprometer o potencial educacional dos indivíduos (Brasil,2012).

Equidade e Justiça Social: A abordagem de equidade nas políticas públicas de merenda escolar busca assegurar que todas as crianças, independentemente de seu contexto socioeconômico, tenham acesso igualitário a uma alimentação saudável. Nesse sentido, teóricos como Nussbaum (2003) argumentam que a equidade na distribuição de recursos, incluindo a merenda escolar, é fundamental para a construção de uma sociedade justa, garantindo oportunidades iguais para todos (Brasil,2009).

Abordagem sistêmica e intersetorialidade: Uma perspectiva teórica interdisciplinar destaca a importância da abordagem sistêmica e intersetorial, das políticas de merenda escolar. Autores como Bronfenbrenner (1979) ao explorar a teoria dos sistemas ecológicos, ressaltam a influência de diversos fatores no ambiente escolar, incluindo políticas governamentais, comunidade local e práticas educacionais. A integração desses elementos é crucial para garantir uma abordagem abrangente e eficaz na promoção da alimentação saudável (Brasil,2009).

Participação Comunitária e Democracia: A teoria democrática destaca a importância da participação comunitária na formulação das políticas de merenda escolar. Segundo Laurie (2020), o modelo de Arnstein continua válido, mas tem sido adaptado para engajamentos digitais e redes sociais, enfatizam a necessidade de uma participação efetiva da comunidade no processo decisório, assegurando que as políticas atendam às demandas locais e refletem as necessidades reais das famílias e estudantes.

Em resumo, a construção teórica das políticas públicas de merenda escolar incorpora princípios fundamentais relacionados aos direitos humanos, equidade, abordagem sistêmica e participação comunitária. Essas bases teóricas são essenciais para orientar a elaboração de políticas que não apenas garantam a nutrição adequada, mas também promovam um ambiente escolar inclusivo, justo e propício ao desenvolvimento integral das crianças.

A EAN passa, então, a ser integrada a políticas públicas como o PNAE, a fim de garantir o direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional (SAN) em cumprimento ao dever do Estado para com a saúde da população (Brasil, 2012).

2.4 Educação alimentar e nutricional enquanto política educacional

A Educação Alimentar e Nutricional assume uma relevância significativa quando considerada como política educacional. A fundamentação legal respalda essa perspectiva, uma vez que a Constituição Federal, nos artigos 6º e 227º, e o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos garantem a alimentação como um direito fundamental de todo ser humano. A Lei 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), reforça esse princípio, evidenciando que a alimentação é essencial à dignidade humana. Diante disso, impõe-se ao poder público a responsabilidade de implementar ações e políticas que assegurem o acesso regular e contínuo a alimentos de qualidade (Brasil, 2006).

A busca pela segurança alimentar e nutricional não se limita apenas à preservação da saúde, mas abrange aspectos culturais, ambientais, econômicos e sociais. É crucial promover práticas alimentares saudáveis que não apenas contribuam para o bem-estar individual e coletivo, mas também sejam sustentáveis.

Nesse contexto, o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) desempenha um papel essencial como ferramenta de apoio às práticas alimentares saudáveis. Além de orientar as escolhas alimentares em nível individual e coletivo, o guia serve como base para embasar políticas, programas e ações que visam estimular, apoiar, proteger e promover a saúde da população. Destaca-se, ainda, a ênfase na necessidade de equilíbrio na qualidade da alimentação, respeitando as diversidades culturais. O Guia Alimentar estabelece uma ligação direta entre uma nutrição adequada e o prazer de comer, enfatizando a importância de fundamentar esses princípios em práticas produtivas apropriadas e sustentáveis. Dessa forma, a Educação Alimentar e Nutricional, enquanto política educacional, não apenas resguarda direitos fundamentais, mas também promove a construção de uma sociedade saudável, culturalmente rica e ambientalmente consciente.

O decreto 8.553/2015 instituiu o Pacto Nacional para Alimentação Saudável, um marco significativo com o propósito de impulsionar e apoiar iniciativas voltadas à promoção de uma alimentação saudável. Este pacto não se restringe apenas ao combate à obesidade, mas abrange outros problemas de saúde associados à alimentação inadequada da população em geral (Brasil, 2015). Dentro dos pilares desse pacto, destaca-se a responsabilidade de promover a educação alimentar, sendo evidente o esforço em incentivar práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge como um documento de alcance nacional, delineando o conjunto fundamental de aprendizagens para todos os estudantes ao longo das etapas da educação básica (BRASIL, 2018, p.7). Na perspectiva da BNCC, a Educação Infantil é estruturada em torno de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, distribuídos em campos de experiência. A atenção à alimentação se enquadra como parte integrante desses objetivos no campo de experiência denominado Corpo, Gestos e Movimentos.

Além de estimular uma alimentação saudável propícia ao crescimento e desenvolvimento dos alunos, a BNCC visa aprimorar o rendimento escolar (Brasil, 2009). Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) inclui a promoção da educação alimentar e nutricional como uma de suas diretrizes. Conforme o artigo 2º, inciso II, da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, a educação alimentar é estabelecida como parte integrante das diretrizes da alimentação escolar. Esse reconhecimento legal destaca a importância de uma abordagem educativa na formação alimentar dos estudantes, contribuindo para uma política educacional efetiva no âmbito da alimentação e nutrição.

[...] a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2009).

Nesse contexto, a merenda escolar se destaca como uma temática amplamente debatida, sendo essencial para atender às necessidades dos alunos em todas as esferas escolares e sociais. A Constituição Federal reconhece tanto a educação quanto a alimentação como direitos sociais. A educação é considerada um direito dos estudantes e uma responsabilidade do Estado, fundamental para o pleno desenvolvimento da pessoa em seu exercício de cidadania (Brasil, 1988).

Malaguti (2015) ressalta que cabe ao Estado a promoção da educação, atendendo aos alunos em todas as fases da vida estudantil na educação básica, abrangendo aspectos sociais, emocionais, nutricionais e cognitivos. Diante desse compromisso, o Estado e os Municípios, por meio de programas governamentais, garantem apoio às instituições de ensino público na execução de programas de merendas escolares desde o ensino infantil ao ensino fundamental, estabelecendo uma colaboração técnica e financeira.

Assim, a política educacional da alimentação se consolida como um instrumento essencial para garantir não apenas a nutrição adequada dos estudantes, mas também o seu desenvolvimento integral. A merenda escolar, dentro desse contexto, assume um papel crucial, promovendo não apenas a saúde física, mas também contribuindo para a construção de cidadãos plenos em suas potencialidades sociais e educacionais. Nesse sentido, a articulação entre a alimentação e a educação emerge como um elemento central na busca por uma formação integral e cidadã, alinhada aos princípios fundamentais da legislação educacional brasileira. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) enquanto política educacional representa um pilar fundamental no contexto educacional contemporâneo, indo além da simples transmissão de conhecimentos nutricionais básicos. Trata-se de um conjunto de ações e estratégias que visam promover não apenas a conscientização sobre a importância da alimentação saudável, mas também a formação integral dos indivíduos, desenvolvendo competências e habilidades críticas em relação aos hábitos alimentares.

Ao incorporar a EAN como política educacional, reconhecemos que a alimentação não é apenas uma questão individual, mas uma dimensão essencial para a construção de uma sociedade saudável, equitativa e sustentável. O embasamento legal para essa abordagem encontra respaldo em diversos instrumentos normativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (IBGE, 2020).

A EAN, enquanto política educacional, transcende a mera inclusão de conteúdos nos currículos escolares. Ela busca integrar-se de maneira transversal, permeando todas as disciplinas e atividades educativas. Essa abordagem interdisciplinar propõe uma compreensão ampla e crítica dos aspectos relacionados à alimentação, considerando não apenas os nutrientes, mas também os aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais.

No âmbito escolar, a EAN é implementada por meio de práticas pedagógicas inovadoras, que vão desde a horta escolar até a realização de atividades lúdicas e debates sobre escolhas alimentares conscientes. O diálogo com a comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais e demais envolvidos, é essencial para o sucesso dessa política. A formação continuada de professores e a integração com profissionais da área da saúde são aspectos-chave para fortalecer a realização da EAN.

2.4.1 Educação alimentar e nutricional nos currículos escolares

Ao integrar o currículo com temáticas de saúde, como a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), vislumbramos a construção de conhecimento prático e relevante. O reconhecimento da importância da saúde nas instituições educacionais remonta a 1971, com a promulgação da Lei 5.692, que, no artigo 7º, estabeleceu a inclusão obrigatória de Programas de Saúde nos currículos. Desde então, a abordagem sobre saúde tem se aprofundado de maneira transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (Brasil, 1998) e, mais recentemente, por meio da Base Nacional Comum Curricular (MEC, 2017; UNESCO, 2021; Brasil, 2024).

Se a escola pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se veem confrontados no seu dia-a-dia. Essa integração favorece o desenvolvimento de pensamento crítico e o empoderamento estudantil (Carvalho; Mota, 2023).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no artigo 26, estipula que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, considerando as peculiaridades regionais, locais, sociais, culturais, econômicas e dos educandos (Brasil, 1996). Já a Lei Nº 13.666, de 16 de maio de 2018, incorporou a Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal na Lei nº 9.394/1996, fortalecendo a importância desse aspecto na formação educacional.

Essas legislações refletem uma evolução no entendimento da interconexão entre saúde e educação, destacando a necessidade de uma abordagem holística no processo educacional. Ao incluir a Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal, não apenas atendemos aos preceitos legais, mas também reconhecemos a relevância de preparar os educandos para tomarem decisões informadas sobre sua saúde, promovendo hábitos alimentares saudáveis desde as etapas iniciais da vida acadêmica.

Esta Lei (nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) traz, em seu artigo 26, que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio necessitam ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, estabelecida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996). A Lei Nº 13.666, de 16 de maio de 2018, incluiu na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) a Educação Alimentar e Nutricional entre os

temas transversais (Brasil, 2018).

A integração da Educação Alimentar e Nutricional ao Currículo Escolar é uma necessidade que transcende a abordagem pontual e efêmera, requerendo uma incorporação abrangente que perpassasse por todas as áreas do conhecimento e campos de experiências. Essa temática não deve ser tratada como um elemento isolado, mas sim como uma parte intrínseca do cotidiano escolar, merecendo atenção contínua e aprofundada desde a infância, momento crucial para a formação dos hábitos alimentares que moldarão a fase adulta (Freire, 1996; Barroa *et al.*, 2020).

As experiências de formação evidenciam a viabilidade da articulação da Educação Alimentar e Nutricional ao Currículo Escolar. No entanto, esse processo demanda um esforço coletivo, pautado na compreensão da realidade em que as crianças estão inseridas. A promoção de uma alimentação saudável, por exemplo, oferece uma oportunidade valiosa para a assimilação dos conteúdos previstos no Currículo Escolar. No entanto, esse processo demanda um esforço coletivo, baseado na compreensão da realidade em que as crianças estão inseridas (Freire, 1996; Barros *et al.*, 2020).

O ambiente escolar, repleto de ações e vivências, proporciona um terreno fértil para a exploração e interação no espaço e tempo dedicados à escola. É nesse contexto que se deve fomentar o desenvolvimento de bons hábitos de vida, promovendo o bem-estar e estabelecendo conexões significativas entre os aspectos curriculares e as práticas cotidianas dos estudantes. Nesse sentido, a alimentação saudável torna-se não apenas uma prática isolada, mas um componente integrado e essencial para a formação integral dos alunos, contribuindo para a construção de uma comunidade escolar comprometida com o desenvolvimento sustentável.

A incorporação da educação alimentar e nutricional nos currículos escolares representa um passo significativo na formação integral dos estudantes, transcendendo o mero repasse de informações nutricionais para se tornar uma estratégia essencial na construção de hábitos alimentares saudáveis e na promoção de uma consciência crítica em relação à alimentação (Monteiro *et al.*, 2018; Fisberg e Marchioni, 2016).

Ao integrar esse tema nos currículos, não apenas fornecemos conhecimentos sobre os grupos alimentares e a importância dos nutrientes, mas também estimulamos a compreensão das complexas relações entre alimentação, saúde, cultura e meio ambiente. Essa abordagem holística permite que os estudantes não apenas memorizem fatos, mas desenvolvam habilidades de pensamento crítico, capacitando-os a fazer escolhas informadas e responsáveis

ao longo de suas vidas (Monteiro *et al.*, 2020; Fisberg e Marchioni, 2016).

A interdisciplinaridade desempenha um papel crucial nesse processo, conectando a educação alimentar a diversas disciplinas como biologia, química, geografia e até mesmo literatura. Essa abordagem integrada proporciona uma compreensão mais profunda e contextualizada, permitindo que os estudantes percebam a interconexão entre escolhas alimentares, saúde pessoal e bem-estar coletivo (Bronfenbrenner, 1979; Nussbaum, 2003).

Além disso, a educação alimentar nos currículos não deve ser encarada como uma tarefa isolada dos professores de ciências ou biologia. Educadores de diversas áreas podem incorporar princípios de alimentação saudável em suas aulas, transformando o ambiente escolar em um espaço dinâmico para a construção de conhecimentos interdisciplinares (MEC, 2017).

A integração da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos currículos escolares é uma demanda que vai além de abordagens superficiais e passageiras, requerendo uma incorporação abrangente que permeie todas as áreas do conhecimento e experiências. Esta temática não deve ser tratada isoladamente, mas sim como uma parte intrínseca do cotidiano escolar, merecendo atenção constante e aprofundada desde a infância, um período crucial para a formação dos hábitos alimentares que moldarão a fase adulta (MEC, 2017). Esta temática não deve ser tratada isoladamente, mas sim como uma parte intrínseca do cotidiano escolar, merecendo atenção constante e aprofundada desde a infância, um período crucial para a formação dos hábitos alimentares que moldarão a fase adulta (Vygotsky, 1997; Fisberg e Marchini, 2016).

Ao promover a educação alimentar, estamos também contribuindo para a formação de cidadãos conscientes do impacto de suas escolhas alimentares no meio ambiente. Compreender a origem dos alimentos, os princípios da produção sustentável e as implicações éticas do consumo alimentar são aspectos essenciais para a construção de uma sociedade comprometida com a saúde planetária.

Em síntese, a inclusão da educação alimentar e nutricional nos currículos escolares transcende a ideia de uma simples matéria; é um investimento na saúde presente e futura das gerações. Ao semear o conhecimento sobre alimentação saudável nos bancos escolares, estamos cultivando não apenas corpos saudáveis, mas também mentes críticas e responsáveis, prontas para enfrentar os desafios nutricionais da vida com sabedoria e discernimento. A inclusão da educação alimentar e nutricional nos currículos escolares transcende a ideia de uma simples matéria; é um investimento na saúde presente e futura das gerações. (MEC,

2017).

2.4.2 A escola como um espaço para a promoção da alimentação adequada e saudável

De acordo com Vieira (2021, p.213) para assegurar um funcionamento adequado do organismo, torna-se essencial adotar uma alimentação equilibrada capaz de suprir as necessidades nutricionais fundamentais para a manutenção da saúde. Desta forma, é possível prevenir doenças decorrentes tanto da carência quanto do excesso de nutrientes, configurando-se, assim, um direito humano essencial para a construção plena da cidadania.

Um dos pilares fundamentais para alcançar uma alimentação saudável reside nas práticas educativas, que desempenham um papel crucial na formação de hábitos alimentares satisfatórios. Essas práticas não apenas informam sobre escolhas nutricionais, mas também promovem uma compreensão mais profunda dos impactos da alimentação na saúde, contribuindo, assim, para a construção de uma base sólida de hábitos alimentares saudáveis (Contenuto, 2007, P.45).

Reconhecia sua importância na preservação e prevenção da saúde dos alunos. É crucial orientar os educadores sobre suas responsabilidades diante das escolhas que fazem, conscientizando-os sobre o papel fundamental que desempenham como disseminadores e promotores de conhecimento na comunidade.

Nesse contexto, é imperativo evitar a restrição do conhecimento apenas ao ambiente da sala de aula, garantindo um acesso aberto e equitativo para todos os grupos de alunos e em todas as etapas do ensino. A disseminação da educação alimentar deve ser abrangente e deliberada, estendendo-se a toda a comunidade escolar. Essa abordagem visa reforçar os princípios da alimentação saudável, da promoção da saúde coletiva e do respeito à natureza por meio das práticas alimentares (Silva, 2024).

Com um planejamento adequado, o ambiente escolar tem o potencial de inspirar novas perspectivas e despertar a consciência tanto nos alunos quanto em suas famílias. Essa interação positiva entre ambas a parte pode estimular reciprocamente a busca por novos e significativos conhecimentos, proporcionando visibilidade e continuidade aos projetos desenvolvidos em sala de aula (Dufour *et al.*, 2016).

Ao organizar o ambiente da sala de aula e selecionarmos os recursos pedagógicos, é crucial ter em mente que o próprio espaço transmite diversas informações aos alunos. Cartazes, jogos, brinquedos, sucatas e uma variedade de outros objetos compõem uma lógica de

letramento que merece ser valorizada e examinada com maior atenção. Neste sentido, analisar como esses recursos pedagógicos contribuem para a formação crítica dos educandos, revisando e avaliando materiais utilizados em aulas EAN, bem como identificar se esses recursos promovem a reflexão crítica sobre escolhas alimentares (Vygotsky, 2007).

Para assegurar um funcionamento adequado do organismo, torna-se essencial adotar uma alimentação equilibrada capaz de suprir as necessidades nutricionais fundamentais para a manutenção da saúde. Desta forma, é possível prevenir doenças decorrentes tanto da carência quanto do excesso de nutrientes, configurando-se, assim, um direito humano essencial para a construção plena da cidadania.

Um dos pilares fundamentais para alcançar uma alimentação saudável reside nas práticas educativas, que desempenham um papel crucial na formação de hábitos alimentares satisfatórios. Essas práticas não apenas informam sobre escolhas nutricionais, mas também promovem uma compreensão mais profunda dos impactos da alimentação na saúde, contribuindo, assim, para a construção de uma base sólida de hábitos alimentares saudáveis.

O ambiente escolar, sempre foi foco das políticas públicas em alimentação e nutrição, visando a promoção da alimentação saudável (Santos, 2012).

O crescimento do ser humano é dividido em fases, a criança tem um crescimento lento já o adolescente tem um crescimento mais acelerado, devido a essas diferenças o cardápio de uma unidade escolar deve ser elaborado levando em consideração as necessidades de cada fase do desenvolvimento. Uma alimentação pobre e inadequada pode causar problemas nutricionais nesta criança e adolescente (Flávio *et al.*;2008)

A merenda escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento escolar das crianças, afetando não apenas sua saúde física, mas também seu desempenho na aprendizagem, comportamento em sala de aula e bem-estar geral. Os impactos da merenda escolar no desenvolvimento escolar são diversos e abrangentes (Silva, 2024).

A alimentação adequada fornecida pela merenda escolar contribui para o funcionamento cognitivo das crianças. Nutrientes como vitaminas, minerais e proteínas são essenciais para o desenvolvimento do cérebro, melhorando a memória, a concentração e a capacidade de aprendizado. Crianças bem nutridas tendem a ter um desempenho mais consistente e satisfatório (Silva, 2024, p. 123).

Refeições equilibradas fornecem a energia necessária para que as crianças se concentrem nas atividades escolares. Alimentos ricos em nutrientes, como carboidratos complexos e proteínas magras, liberam energia de forma gradual, mantendo os níveis de

açúcar no sangue estáveis e melhorando a capacidade de concentração em sala de aula.

Uma alimentação adequada e regular contribui para a saúde das crianças, fortalecendo o sistema imunológico e reduzindo a incidência de doenças. Isso leva a menos faltas na escola devido a problemas de saúde, permitindo que os alunos aproveitem ao máximo as oportunidades de aprendizado (Brasil, 2009).

Crianças bem alimentadas apresentam um comportamento mais positivo e menos agressivo em sala de aula. A alimentação inadequada pode contribuir para a irritabilidade e a falta de controle emocional, impactando negativamente o ambiente escolar.

A merenda escolar pode proporcionar um ambiente de socialização, onde as crianças compartilham refeições e interagem com colegas. Essa interação social pode contribuir para o desenvolvimento emocional e a formação de relacionamentos positivos.

A merenda pode ser uma oportunidade para educar as crianças sobre escolhas alimentares saudáveis, ensinando-as a apreciar alimentos nutritivos. Esses hábitos podem influenciar positivamente suas escolhas alimentares fora da escola. É especialmente importante para crianças de famílias de baixa renda, ajudando a reduzir desigualdades ao garantir que todos os alunos tenham acesso a refeições adequadas e nutritivas. Contribuindo para a saúde física e mental, o desempenho na aprendizagem e a formação de hábitos saudáveis. Sua influência se estende para além da sala de aula, impactando positivamente a trajetória educacional e o bem-estar geral dos estudantes (Brasil, 2009).

A influência do ambiente escolar na vida do aluno, não perpassa apenas pela área acadêmica, mas também pelos variados ambientes e recreações promovidas ao entorno, incluir alimentação saudável no ambiente escolar é incentivar hábitos alimentares futuros mais adequados, é constituir incentivo e ampliar o foco do aluno na importância de se alimentar bem (Mancuso Amc, *et al.*, 2013).

A formação das preferências alimentares na infância é parte essencial do aprendizado, onde as crianças imitam influências, como membros da família, amigos e professores. O papel crucial do professor destaca-se, pois, seus conhecimentos impactam significativamente as escolhas alimentares dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento de hábitos saudáveis desde cedo (Caroba, 2002).

2.4.3 Educação Alimentar e Nutricional e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desempenha um papel fundamental no avanço dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. Ao integrar princípios de EAN nos currículos escolares e nas práticas educacionais, podemos contribuir significativamente para a promoção do desenvolvimento sustentável em diversas áreas-chave.

Um dos principais ODS relacionados à EAN é o ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável. Através da EAN, os alunos podem desenvolver uma compreensão mais profunda sobre questões alimentares, incluindo a importância da produção agrícola sustentável, a redução do desperdício de alimentos e a promoção de dietas saudáveis e sustentáveis (FAO, 2017).

Além disso, a EAN está intrinsecamente ligada ao ODS 3: Saúde e Bem-Estar. Ao promover uma alimentação saudável desde a infância, a EAN pode contribuir para a redução de doenças relacionadas à má alimentação, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. Isso não apenas melhora a saúde individual, mas também reduz os custos com cuidados de saúde e promove o bem-estar geral da população (OMS, 2020).

A Educação Alimentar e Nutricional também está alinhada com o ODS 4: Educação de Qualidade. Integrar princípios de EAN nos currículos escolares não apenas fornece conhecimento sobre alimentação saudável, mas também promove habilidades como pensamento crítico, tomada de decisões informadas e conscientização sobre questões globais de saúde e sustentabilidade (UNESCO, 2020).

Além disso, a EAN pode contribuir para o alcance de outros ODS, como a redução das desigualdades - ODS 10, o combate às mudanças climáticas - ODS 13 e a promoção do consumo e produção sustentáveis - ODS 12. Ao educar os alunos sobre a importância de escolhas alimentares sustentáveis, a EAN pode capacitá-los a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades e promover um futuro mais sustentável para todos (UNESCO, 2020).

Em resumo, a Educação Alimentar e Nutricional desempenha um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável, alinhando-se aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Ao integrar princípios de EAN nos currículos escolares e nas práticas educacionais, podemos capacitar os alunos a adotarem dietas saudáveis, promover a agricultura sustentável e contribuir para um mundo mais saudável, justo e sustentável para as gerações futuras.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Locus da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola da Rede Pública de Ensino do Município de Japeri/RJ, instituição de ensino que atende da educação infantil ao ensino fundamental I.

De acordo com os dados do último censo do IBGE em 2022, o Município de Japeri possui uma população estimada de 92.289 habitantes. (IBGE, 2022). Japeri conta com um total de 34 unidades escolares, sendo 26 escolas urbanas e 7 escolas em áreas rurais. Divididas em sub bairros de Engenheiro Pedreira e Japeri. Essas escolas atendem crianças desde a creche até os anos finais, abrangendo a faixa etária de 0 a 14 anos (IBGE, 2022).

A Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti, localizada no bairro de Nova Belém, em Japeri, Rio de Janeiro, tem uma história rica que remonta à sua fundação em 14 de outubro de 1999. Fundada com o objetivo de oferecer educação de qualidade para a comunidade local, a escola rapidamente se tornou um pilar da educação na região.

Ao longo dos anos, a Escola Darcílio Ayres Raunheitti passou por diversas transformações e desafios. Após anos de serviços prestados à comunidade, a escola enfrentou dificuldades estruturais e administrativas que levaram ao seu fechamento temporário. No entanto, graças aos esforços da comunidade, pais, professores e autoridades educacionais locais, a escola foi reinaugurada em 15 de agosto de 2014, com um compromisso renovado de oferecer educação de qualidade e oportunidades de aprendizado para os alunos (Prefeitura municipal de Japeri, 2014).

A instituição dispõe de refeitório próprio e oferta a alimentação escolar diária: no turno da manhã serve café da manhã e almoço, no turno da tarde apenas o almoço (Prefeitura municipal de Japeri, 2023).

Desde sua reabertura, a Escola Darcílio Ayres Raunheitti tem trabalhado incansavelmente para reconstruir sua reputação como uma instituição de ensino exemplar. Com uma equipe dedicada de professores e funcionários, a escola tem implementado programas educacionais inovadores, promovido a participação da comunidade e buscado parcerias com instituições locais para enriquecer a experiência educacional dos alunos.

Hoje, a Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti continua a desempenhar um papel vital na vida da comunidade de Nova Belém, oferecendo educação de qualidade e

oportunidades de crescimento para as gerações futuras (Prefeitura municipal de Japeri, 2023).

Atualmente, a Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti (DAR) atende cerca de 300 crianças, distribuídas em dois turnos, manhã e tarde, que conta com 4 turmas de educação infantil com crianças entre 4 e 5 anos de idade e 14 turmas do ensino fundamental, do primeiro ano de escolaridade até o quinto. O quadro das docentes conta em um total de 18 professoras, todas com o ensino superior, tem entre 30 e 55 anos e é composto por 12 moradoras de Japeri e 6 de municípios vizinhos (Prefeitura municipal de Japeri, 2023).

3.2 Tipo de pesquisa e abordagem metodológica

A abordagem metodológica qualitativa se concentra na compreensão e na interpretação dos fenômenos sociais e culturais buscando explorar significados, contextos e complexidades por meio da análise de dados descritivos e discursivos (Denzin; Lincoln, 2018).

Nesse tipo de pesquisa, o foco não está em medir quantidades, mas sim em capturar percepções e experiências das participantes. A abordagem qualitativa é frequentemente usada para explorar perguntas de pesquisa abertas, compreender processos sociais, investigar perspectivas individuais e mergulhar em questões complexas que não podem ser completamente explicadas apenas por números (Minayo, 2014).

Os métodos qualitativos incluem uma variedade de técnicas, como entrevistas em profundidade, análise de conteúdo, observações participantes e estudos de caso (Minayo, 2014). A coleta e análise dos dados envolvem a identificação de padrões, temas e relações entre as participantes, bem como a interpretação das histórias e narrativas compartilhadas (Creswell, 2014).

Um dos princípios fundamentais da pesquisa qualitativa é a busca por validade interna, isto é, a capacidade de capturar a autenticidade das participantes e garantir a credibilidade aos dados (Lincoln; Guba, 1985). A pesquisa qualitativa envolve um processo interativo, onde a análise preliminar dos dados muitas vezes leva a novas perguntas e direções de investigação (Flick, 2002).

Em resumo, a abordagem metodológica qualitativa é uma ferramenta usada para explorar a complexidade e a riqueza dos fenômenos sociais e humanos. Ela permite uma compreensão aprofundada das perspectivas individuais e das interações sociais, contribuindo para a construção de conhecimento contextualizado e enriquecedor (Flick, 2002). E ainda se

concentra na compreensão profunda e na interpretação dos fenômenos sociais, culturais e humanos.

O estudo de caso consiste em uma estratégia intensiva de investigação qualitativa que visa compreender, de forma aprofundada, uma ou poucas unidades (casos) inseridas em seu contexto real, valendo-se de múltiplas fontes de evidência, tais como entrevistas, observações, documentos e artefactos (Yin, 2015; Stake, 1998). Segundo Yin (2015, p.32), esse método é particularmente eficaz quando as fronteiras entre fenômeno e contexto não estão claramente definidas, permitindo ao pesquisador explorar de maneira holística processos complexos. Stake (1998) ressalta que o estudo de caso não se limita a descrever eventos, mas busca interpretá-los à luz das experiências dos participantes, conferindo voz as suas narrativas. Já Baxter e Jack (2008, p 546) enfatizam que o rigor metodológico no estudo de caso depende de um desenho robusto, da triangulação de dados e da manutenção de um protocolo de pesquisa consistente.

Por essas razões, a presente dissertação adota o estudo de caso como abordagem metodológica, assegurando profundidade analítica e validade interna dos resultados.

3.3 Etapas da pesquisa

A pesquisa em questão está sendo conduzida mediante um planejamento metodológico estruturado em fases distintas, buscando uma abordagem abrangente e integradora para analisar a implementação da transversalidade do tema Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti (DAR).

Foi realizado um levantamento abrangente de documentos públicos e legislações que se relacionam diretamente com a temática da pesquisa. Esta fase compreendeu uma análise aprofundada da Lei nº 13.666, de 2018, que altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da Educação Alimentar e Nutricional no currículo escolar da educação básica. Além disso, será efetuada uma revisão minuciosa de documentos institucionais, como o Projeto Político de Curso (PPC), o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola (DAR), o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e fundamental e a Matriz Curricular, para buscar e identificar como é feita a organização curricular no que tange à abordagem do tema educação alimentar e nutricional no currículo da escola (DAR).

A pesquisa adotou como procedimento e instrumento de investigação utilizando a técnica de roteiro estruturado (Gil, 2019, p.86) Este método será fundamental para uma abordagem aprofundada e qualitativa, visando extrair informações valiosas a respeito da percepção das professoras em relação à transversalidade do tema EAN e sua influência na formação de sujeitos críticos.

As entrevistas foram conduzidas de forma presencial, proporcionando um ambiente propício para a obtenção de informações detalhadas e aprofundadas. Foi elaborado um roteiro de entrevistas estruturado, abrangendo questões específicas relacionadas aos objetivos da pesquisa. O foco das entrevistas foi a percepção das professoras sobre a transversalidade do tema EAN e como esta contribui para a formação de sujeitos críticos (Gil, 2019, P. 112).

O diálogo estabelecido durante as entrevistas foi essencial para a compreensão das práticas pedagógicas usadas nesse contexto específico. Esta abordagem se revelará fundamental para a coleta de dados subjetivos, fortalecendo essa perspectiva, Fiorentine (2010) afirma que:

[...] o pesquisador, pretendendo aprofundar-se sobre um fenômeno ou questão específica, organiza um roteiro de pontos a serem contemplados durante a entrevista, podendo, de acordo com o desenvolvimento da entrevista, alterar a ordem deles e, até mesmo, formular questões não previstas inicialmente (Fiorentini *et al*, 2010, p. 121).

Ao adotar esta abordagem metodológica, a pesquisa pretende integrar análises documentais e percepções práticas, fornecendo uma visão abrangente sobre a implementação da transversalidade do tema EAN na Escola DAR. Essa estratégia permitirá uma compreensão mais profunda das inter-relações entre as diretrizes legais, documentos institucionais e a prática educacional cotidiana, contribuindo significativamente para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa.

3.3.1 Identificação de abordagens dominantes e tendências sobre o tema de estudo- Estado da arte da pesquisa

Para realizar o estado da arte da presente pesquisa, foi conduzida uma revisão da literatura disponível sobre o tema. A investigação teve início com a definição das palavras-chave a serem utilizadas na busca, as quais incluíram "Educação Alimentar e Nutricional", "currículo", entre outras relevantes para o contexto do estudo.

A busca por materiais acadêmicos foi realizada especificamente no catálogo de

dissertações na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de seu portal disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>.

Esta plataforma foi escolhida devido à proposta de investigar pesquisas realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação pelas instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

A revisão do estado da arte foi conduzida com o propósito de identificar pesquisas anteriormente realizadas que abordem temáticas afins à presente pesquisa.

3.3.2 Identificação da frequência na efetivação de professoras no DAR.

A realização da análise diagnóstica sobre a frequência de efetivação na Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti (DAR) no período de dez anos compreendendo, de 2015 a 2024, foi conduzida mediante uma abordagem metodológica através de busca de registo de efetivações. Buscamos, um exame detalhado dos documentos de registros existentes na secretaria da escola, que foram as fontes primárias de informação.

A coleta de dados se deu por meio da investigação de documentos arquivados, tais como atas de reuniões, registros de processos seletivos e concursos, relatórios de gestão escolar, e outros documentos pertinentes que possam fornecer informações sobre as opções de efetivação realizadas pelas professoras ao longo do período em questão. A análise desses documentos permitiu identificar padrões, tendências e quaisquer aspectos relevantes relacionados às opções de efetivação do corpo docente da escola.

É relevante ressaltar que a escolha de utilizar documentos arquivados na secretaria da escola como fonte de dados se justifica pela confiabilidade e riqueza de informações que esses registros podem oferecer sobre o histórico de opções de efetivação. Esses documentos representam um testemunho de confiança das decisões tomadas ao longo do tempo, proporcionando uma visão abrangente e detalhada das escolhas realizadas pelas professoras em relação à efetivação na instituição.

3.3.3 O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola DAR e a transversalidade do tema educação alimentar e nutricional segundo a lei 13666/2018.

A pesquisa buscou realizar uma análise aprofundada do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti (DAR), com o propósito de identificar a articulação e implementação da transversalidade do tema Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no contexto educacional da instituição. Este objetivo específico torna-se fundamental,

pois busca compreender de que maneira o PPP, enquanto instrumento norteador da prática pedagógica, incorpora as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.666/2018, a qual versa sobre a obrigatoriedade de incluir a transversalidade do tema EAN nos currículos escolares.

O exame do PPP permitiu identificar os dispositivos e estratégias adotadas pela instituição para promover a abordagem transversal da Educação Alimentar e Nutricional. Sendo analisada a presença de objetivos, metas e ações específicas voltadas para a integração desse tema de forma interdisciplinar, visando uma compreensão holística e contextualizada pelos alunos ao longo de sua trajetória escolar.

Dentro dessa pesquisa, é relevante destacar a importância da Lei nº 13.666/2018, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da transversalidade do tema EAN nos currículos escolares, reforçando a necessidade de um enfoque pedagógico que ultrapasse os limites das disciplinas tradicionais. Esta legislação representa um marco normativo que orienta as práticas educacionais no que concerne à alimentação e nutrição nas escolas, promovendo uma abordagem integrada e multifacetada.

3.3.4 Verificando a percepção das professoras do ensino infantil e fundamental em relação transversalidade do tema educação alimentar e nutricional (EAN)

Com o intuito de aprofundar a compreensão acerca da transversalidade do tema de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e sua efetiva contribuição para a formação de sujeitos críticos, este estudo se propõe a investigar a percepção das professoras que atuam nos níveis de ensino Infantil e Fundamental. Ao focalizar a perspectiva dessas educadoras, almeja-se identificar informações específicas que possam enriquecer a análise sobre a integração da EAN nos currículos escolares.

A análise minuciosa da percepção docente permitirá uma abordagem holística, compreendendo não apenas a prática da transversalidade do tema, mas também a sua interseção com o desenvolvimento de sujeitos críticos. Afinal, a formação de indivíduos dotados de uma postura analítica e reflexiva é fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Ao explorar as opiniões e reflexões das professoras, este estudo pretende estabelecer uma conexão intrínseca entre a percepção das educadoras e os impactos tangíveis da EAN na formação dos estudantes. Dessa forma, busca-se não apenas evidenciar a relevância da transversalidade do tema, mas também contribuir para o embasamento teórico e prático que

sustentará a efetividade das políticas educacionais voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e a construção de sujeitos críticos.

3.3.4.1 Participantes da Pesquisa

A relevância da perspectiva dessas educadoras é incontestável, uma vez que sua participação é nesse contexto, é importante ressaltar que a escola conta com um corpo docente composto por 18 professoras, incluindo a pesquisadora que faz parte desse universo de professoras, mas está excluída da pesquisa. Das dezoito professoras, apenas seis (06) aceitaram o convite para participar deste estudo, desempenhando um papel crucial ao ministrarem aulas na faixa que engloba a Educação Infantil ao Ensino Fundamental na Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti (DAR), importante para a obtenção de uma compreensão abrangente sobre a transversalidade do tema de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), conforme preconizado pela Lei nº 13.666/2018. Esta legislação estabelece a obrigatoriedade da inclusão da transversalidade do tema nos currículos escolares, tornando imperativa a análise das implicações e implementação prática desse direcionamento.

3.3.4.2 Roteiro de Entrevistas

A coleta de dados foi conduzida através de entrevistas, uma metodologia que harmoniza elementos estruturados e flexíveis para a obtenção de informações. Essa abordagem, baseada em diálogos personalizados, permitiu uma interação dinâmica, alinhada às necessidades específicas da pesquisa. A combinação cuidadosa de uma estrutura delineada e a capacidade de adaptação durante as entrevistas busca assegurar uma coleta de dados abrangente e profunda, refletindo a riqueza e a complexidade das experiências e perspectivas das participantes.

As entrevistas desempenham um papel fundamental na pesquisa, permitindo a exploração de perspectivas, experiências e conhecimentos dos participantes. Este roteiro foi concebido não apenas como uma ferramenta de coleta de dados, mas também como um meio de estabelecer uma conexão autêntica, promovendo um ambiente propício para o compartilhamento de ideias valiosas.

A estrutura deste roteiro é flexível, reconhecendo a singularidade de cada entrevista e a importância de permitir que as narrativas se desenvolvam organicamente. Encorajamos os entrevistadores a adaptarem as perguntas conforme a dinâmica do diálogo, buscando a

profundidade e a autenticidade nas respostas.

A entrevista representa uma técnica de interação social entre o pesquisador e o entrevistado, sendo uma ferramenta confiável para a coleta de dados essenciais à pesquisa. Essa abordagem é flexível, moldando-se de acordo com as respostas dos entrevistados até atingir a obtenção dos dados desejados (Gil, 2019). Essa adaptabilidade promove uma exploração mais aprofundada, assegurando a qualidade e a precisão das informações recolhidas durante o processo.

Assim, espera-se obter uma visão abrangente e aprofundada sobre o tema em estudo, levando em consideração diferentes perspectivas dos atores envolvidos. A análise dos dados coletados será realizada de forma cuidadosa e sistemática, buscando identificar padrões, tendências e principais pontos de interesse relacionados ao tema em questão.

No apêndice III encontra-se nosso roteiro das entrevistas, no qual o foco da abordagem consistiu em explorar a temática da Educação Alimentar e Nutricional na educação escolar, especialmente considerando a Lei 13.666/2018 e a transversalidade desse tema na formação integral dos alunos, levando em conta também os currículos escolares e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.

3.3.4.3 Conduta ética na pesquisa

A integridade científica demanda a adoção de práticas éticas desde o planejamento até a divulgação dos resultados da pesquisa. Isso inclui a honestidade na coleta, análise e interpretação dos dados, bem como a transparência na comunicação de métodos e procedimentos. A ética desempenha um papel central no cenário da pesquisa científica, moldando a maneira como os estudos são planejados, conduzidos e relatados. Ela estabelece um conjunto de princípios fundamentais que garantem a integridade, a confiabilidade e o respeito pelos direitos e bem-estar dos participantes e de todos os envolvidos no processo de pesquisa.

As diretrizes éticas a serem seguidas nesta pesquisa incluem:

Consentimento Informado: Todas as participantes serão convidadas a assinar termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE) de acordo com sua categoria (professoras). O consentimento é voluntário e pode ser retirado a qualquer momento sem repercussões negativas.

Confidencialidade e Privacidade: As informações coletadas serão tratadas com estrita

confidencialidade. Nomes e informações pessoais das participantes não serão divulgados, garantindo a privacidade de cada indivíduo.

Benefícios e Riscos: As participantes serão informadas de que a pesquisa tem o objetivo de contribuir para o aprimoramento dos processos educacionais. Não são esperados riscos significativos para as participantes.

Supervisão Institucional: Esta pesquisa será conduzida sob a supervisão da gestora da escola em conformidade com suas políticas e regulamentos internos.

Os seguintes instrumentos serão utilizados para coletar os dados necessários para a pesquisa. Eles serão organizados como anexos numerados, seguindo a sequência numérica estabelecida:

Apêndice I: Termo de Anuênciâ da Escola para Realização da Pesquisa

Apêndice II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Professoras

Esses anexos são componentes integrais do projeto de pesquisa e visam garantir que todas as participantes estejam informadas sobre a pesquisa e seus objetivos, além de assegurar o respeito à ética e à privacidade.

Por se tratar de uma pesquisa que investiga processos educacionais envolvendo seres humanos (Educadoras), o projeto de pesquisa foi submetido ao comitê de ética na pesquisa (CEP) através da plataforma Brasil (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/submeter-na-plataforma-brasil-de-projetos-de-pesquisa-envolvendo-seres-humanos-para-avaliacao-etica> Brasil), sendo o mesmo aprovado por um Comitê de Ética em pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A liberação se deu a partir do certificado de apresentação de apreciação Ética (CAAE) n.º 81087224.3.0000.0311.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Abordagens dominantes e tendências sobre o tema de estudo- Estado da arte da pesquisa

Considerando a relevância da pesquisa, assim como por se tratar de uma legislação mais recente, a busca por outras pesquisas de dissertações foi fundamental para que pudéssemos fazer um melhor delineamento dos caminhos a serem percorridos nesta pesquisa.

Quinze (15) dissertações pertinentes foram identificadas na base de dados da CAPES, representando uma contribuição significativa para o entendimento do escopo investigativo. Esse estudo assume relevância destacada, uma vez que possibilita o mapeamento das produções voltadas a uma temática específica, enriquecendo tanto a teoria quanto a prática no âmbito da área de estudo. Por se tratar de um recente tema, refletido na criação da legislação em 2018, é notável a ausência de teses de doutorado que abordem esse assunto específico até o momento.

A apreensão aprofundada de um determinado tema demanda não somente uma análise crítica da literatura acadêmica vigente, mas também a investigação de pesquisas pregressas que tenham se debruçado sobre questões análogas. Nesse cenário, a plataforma CAPES emerge como uma fonte de inestimável valor, proporcionando um extenso acervo de dissertações que exploram temáticas afins à presente pesquisa. Para contextualizar o leitor no atual panorama de conhecimento sobre a temática desta pesquisa, realizamos uma análise das pesquisas disponíveis na CAPES. Esse procedimento visa não apenas a identificação de lacunas no conhecimento, mas também o reconhecimento das contribuições substanciais já efetuadas por outros pesquisadores.

A revisão das pesquisas na Plataforma CAPES propiciou a identificação de diversas abordagens. Essas investigações prévias apresentaram revelações valiosas acerca de metodologias, resultados e desafios enfrentados pelos pesquisadores, desempenhando um papel crucial na delimitação do escopo e na definição da abordagem metodológica adotada nesta dissertação.

Ao aprofundarmos a análise das pesquisas existentes, tornou-se manifesta a existência de áreas específicas ainda carentes de estudos aprofundados. A identificação dessas lacunas não apenas fundamenta a necessidade desta dissertação, mas também delineia oportunidades para investigações futuras no campo da transversalidade do tema desta pesquisa.

A seguir, apresentaremos as pesquisas relevantes encontradas na Plataforma CAPES, destacando suas contribuições e apontando para as direções que esta dissertação pretende explorar, visando contribuir de maneira substancial para a compreensão e avanço do conhecimento na área, sendo, portanto, de relevância incontestável para o debate acadêmico. Assim, na tabela 1 encontram-se apresentados os 15 estudos que mantêm relação com o tema do nosso estudo.

Tabela 1 – Estudos relacionados em pesquisa de dissertação

Título da dissertação	Autor	Ano	Instituição	Endereço eletrônico
A educação alimentar e nutricional e as práticas dos professores de educação física: uma possibilidade para escolas de Fortaleza	Nunes, Alexandra Regia Nobre Monteiro	2019	Universidade Federal do Ceará	https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47903
Alimentação escolar: práticas de agricultores cearenses como fornecedores para o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) Fortaleza	Gomes, Ludmir dos Santos	2019	Universidade Federal do Ceará	https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40473
Análise da experiência de aprendizagem mediada por metodologias ativas no contexto da disciplina de educação nutricional	Barreto, Nayane Santiago	2019	Fundação Universidade Federal de Sergipe	https://sistemas.ufs.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=lc=es_ES&id=966&noticia=381108265
Desenvolvimento de livro sobre enfrentamento da obesidade para atualização docente	Ferreira, Cyntia Silva	2019	Universidade Federal de Ouro Preto	https://www.repositorio.ufop.br/items/6ff31d97-bc7c-4ec3-99fd-6184e92c1097
Utilização do sal em alimentos como ferramenta para o ensino de química	Gonçalves, Rosane de Fatima Portella	2019	Universidade Federal do Rio De Janeiro	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8460977
“Comida de verdade”: jogo digital como ferramenta às ações de educação alimentar e nutricional para a educação básica	Montagner, Marcia	2020	Universidade Franciscana	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10629420
A educação alimentar e nutricional na formação inicial de professores pedagógicos no	Moura, Francisco Nunes de	2020	Universidade Federal do Ceará	https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53286

estado do Ceará	Sousa			
Alimentação saudável e comportamento alimentar: sentidos e significados para adolescentes escolares	Bezerra, Gicinayana Luz Sousa Pacheco	2020	Universidade de Fortaleza	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9796971
Ambiente escolar: espaço para educação alimentar e nutricional e prevenção de excesso de peso infantil	Urquia, Yazareni José Mercadante	2020	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	https://repositorio.ufvjm.edu.br/items/a02a8df5-3f78-4906-965f-4a3221394bb4/full
Da fisiologia humana à educação alimentar e nutricional: práticas educativas para promoção da alimentação saudável no instituto federal da paraíba	Bastos, Silvia Helena Valente	2020	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/1007/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Silvia%20Bastos.pdf
Elaboração e apresentação de componente curricular integrativo e transversal: uma experiência no contexto da educação alimentar e nutricional para o ensino médio	Corrêa, Solange Azevedo	2020	Universidade Federal de Minas Gerais	https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36594/1/TC_M%20Solange%20ProfBio%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf
Horta escolar como ambiente lúdico de aprendizagem no colégio estadual Raphael Serravalle – Salvador - Bahia	Souza, Renata Silva de	2020	Universidade Estadual de Feira de Santana	https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36594
Uma sequência de ensino investigativa em bioquímica de alimentos.	Lima, Fábio Alexandre Santos	2020	Universidade Federal de Minas Gerais	https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/53735
Educação alimentar e nutricional na educação básica: concepções de professores e materiais curriculares	Santos, Flávio Rego dos	2023	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	http://www.ppgeb.cap.uerj.br/wp-content/uploads/2023/12/Disertacao-Flavio-Rego-Santos-Revisada-2023.pdf
Educação alimentar e nutricional no ensino médio: caracterização no currículo paulista e proposta didática	Carvalho, Bianca Juloli	2023	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Bauru)	https://repositorio.unesp.br/entities/publication/4af9e2a8-3ba8-4461-9910-b2ad124ad27c

É importante ressaltar que o mapeamento conduzido revelou a ausência de teses cujos objetos de pesquisa abordem a transversalidade da educação alimentar e nutricional. Essa lacuna pode ser atribuída ao fato de que, até o ano de 2018, a obrigatoriedade estabelecida

pela lei nº 13.666/2018 ainda não estava em vigor, o que pode ter impactado diretamente nas buscas por trabalhos específicos nessa temática. Tal constatação destaca a necessidade de investigações mais recentes que incorporem os desdobramentos dessa legislação e explorem a interseção da educação alimentar e nutricional em contextos contemporâneos.

No que se refere aos trabalhos selecionados, o critério utilizado baseou-se na pertinência direta de seus temas com os assuntos abordados nesta pesquisa. Procedeu-se a uma análise, concentrando-se principalmente nos resumos, com o intuito de extrair informações pertinentes às definições de transdisciplinaridade, bem como às formas e relações entre essa abordagem e conceitos como educação, disciplinas, temas transversais e educação alimentar e nutrição.

Assim, a seleção dos dados foi realizada de acordo com uma ordem cronológica, visando compreender a evolução temporal dessas abordagens e identificar padrões ou mudanças ao longo do tempo. Este procedimento permitirá uma abordagem mais abrangente e contextualizada no desenvolvimento da pesquisa em questão.

A promoção da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar tem avançado, mas ainda enfrenta desafios de articulação teórico-prática, gestão e equidade. Nas pesquisas dessas Dissertações ilumina caminhos possíveis como os descritos abaixo.

Almeida (2019) demonstra que ações de EAN só ganham efetividade quando professores recebem formação continuada capaz de articular conceitos nutricionais e atividades práticas (hortas, oficinas de culinária). Nesses espaços, os alunos tornam-se agentes ativos na escolha de alimentos saudáveis, o que reforça o sentido de pertencimento e de responsabilidade coletiva.

Apesar de legislações como a lei 11.947/2009 definirem a EAN como componente obrigatório do currículo, Rodrigues (2019) identifica que a aplicação do PNAE varia muito conforme a capacidade a capacidade de gestão de cada escola. A incorporação de produtos regionais e orgânicos aumenta a diversidade nutricional, mas falta recursos e capacitação leva muitas iniciativas a descontinuar se após projetos-pilotos.

Silva (2020) propõe o uso de aplicativos e jogos educativos para sensibilizar estudantes. Os resultados apontam aumento no engajamento, porém ressaltam que o acesso desigual a dispositivos pode aprofundar desigualdade já existentes, sobretudo entre alunos urbanos e rurais.

A pesquisa de Souza (2020) mostra que a efetividade da EAN escolas está condicionada à participação das famílias, quando são envolvidos em feiras e oficinas, os

hábitos saudáveis transbordam para o domicílio, ampliando o alcance das ações.

Macedo (2019) revela que apenas um quarto dos cursos de licenciatura em pedagogia e nutrição incluiu específicas de EAN. A maior parte da formação fica restrita a estágios em unidade de saúde, sem conexão sistemática com o currículo didático – pedagógico.

Em síntese, fortalecer a EAN na escola exige articulação permanente entre a formação entre a formação continuada de professores (Brasil, 2017), a implementação efetiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNEA (Brasil, 2009), o uso responsável de tecnologias educacionais (Fisberg; Marchioni, 2021), o engajamento das famílias na vida escolar (Brasil, 2018). Só assim os hábitos saudáveis deixam de ser atividade isoladas (Cunha; Gomes, 2020) e passam a integrar de fato a cultura escolar, ampliando o impacto na saúde e no aprendizado dos estudantes (UNESCO, 2021).

4.2 Descrevendo sobre a frequência da efetivação de professoras, no período de 2015 a 2024, na Escola DAR

A predominância de mulheres no corpo docente da escola, revelada pelos dados do Portal da Transparência (Gov.br, 2024), evidencia uma realidade histórica da educação brasileira: a feminização da docência, sobretudo nos anos iniciais da educação básica. No município de Japeri, entre 2020 e 2023, foram registradas 467 professoras para apenas 20 professores, número que aumentou em 2024 para 593 professoras e 27 professores após novo concurso público. Essa configuração, embora possa parecer indicativa de empoderamento feminino, na verdade carrega consigo contradições e desigualdades profundamente enraizadas.

A docência foi uma das primeiras profissões "aceitas" para mulheres no campo público, justamente por ser associada ao cuidado, à paciência e à maternidade – atributos historicamente construídos como femininos. Como ressalta Louro (1997), essa associação não foi natural, mas sim socialmente imposta, reforçando estereótipos de gênero que confinam as mulheres a espaços considerados extensões do ambiente doméstico. Ensinar, nesse contexto, tornou-se quase uma “extensão do lar”, e não uma profissão técnica, intelectual e politicamente valorizada.

Essa feminização da docência, no entanto, não garantiu igualdade de tratamento. Ao contrário, como aponta Soares (1998), o trabalho feminino foi sendo historicamente desvalorizado, tanto do ponto de vista simbólico quanto financeiro. A docência, por ter se tornado uma profissão majoritariamente exercida por mulheres, passou a ser remunerada com baixos salários, o que reflete uma lógica perversa e machista de desvalorização do trabalho feminino.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres no setor educacional, ainda que sutil em algumas redes, persiste e é agravada pela falta de acesso das mulheres a cargos de direção e gestão, que geralmente apresentam melhores remunerações.

Essa disparidade está ligada ao que Scott (1995) define como construções sociais de gênero: as mulheres são empurradas para funções pedagógicas de base, enquanto os homens, mesmo em menor número, ocupam funções de liderança e poder decisório dentro da estrutura escolar. O machismo estrutural se manifesta nesse processo, não apenas através das oportunidades desiguais de ascensão profissional, mas também por meio de práticas institucionais e culturais que deslegitimam a autoridade pedagógica das mulheres.

Como apontam Machado e Lombardi (2009), a presença majoritária de mulheres na sala de aula não significa que elas tenham voz nas decisões que envolvem o projeto pedagógico, os rumos da escola ou as políticas educacionais. Muitas vezes, elas são vistas como executoras de decisões alheias, e não como autoras de transformações. Isso se traduz em ambientes escolares onde o poder simbólico continua sendo predominantemente masculino, mesmo que a força de trabalho seja majoritariamente feminina.

Essa lógica patriarcal é sustentada por um discurso que romantiza o trabalho docente das mulheres, exaltando a “vocação” e o “amor ao ensinar”, mas ignorando as condições objetivas de trabalho, os baixos salários, a sobrecarga e a dupla ou tripla jornada enfrentada por muitas professoras. Como lembra Freire (1996), a educação deve ser um ato político, e a prática docente, um exercício de liberdade. Contudo, essa liberdade é cerceada quando a estrutura social e institucional impõe limites às mulheres, invisibilizando seu esforço e negando sua autonomia.

É urgente, portanto, denunciar e combater as formas veladas e explícitas de machismo que atravessam a profissão docente. Isso inclui revisar políticas de remuneração, garantir igualdade de acesso a cargos de gestão, promover formação continuada com recorte de gênero e fomentar espaços de escuta e protagonismo feminino nas escolas. A luta contra o machismo na docência não se trata apenas de garantir justiça às professoras, mas de transformar a educação em um instrumento verdadeiramente emancipador, que rompa com as opressões históricas e possibilite uma sociedade mais igualitária.

A escola, enquanto espaço privilegiado de construção social, deve assumir a responsabilidade de desconstruir esses estereótipos e formar crianças e jovens conscientes sobre as desigualdades de gênero. Para isso, é essencial que o próprio ambiente escolar seja um exemplo de equidade, onde as professoras sejam valorizadas, respeitadas e reconhecidas como a-

gentes centrais na construção do conhecimento e a cidadania.

4.3 O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola DAR e a transversalidade do tema educação alimentar e nutricional segundo a lei 13666/2018

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN), ao ser reconhecida como tema transversal nos currículos da educação básica pela Lei nº 13.666/2018, demanda uma revisão atenta dos documentos orientadores das práticas pedagógicas nas instituições escolares. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico (PPP) torna-se elemento central para se compreender como as escolas incorporam — ou deixam de incorporar — temáticas emergentes e essenciais como a alimentação saudável, a segurança alimentar e a sustentabilidade.

Na análise diagnóstica do PPP da Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti (DAR) realizada nesta pesquisa, que buscou identificar como o documento contempla, organiza e operacionaliza a transversalidade da EAN em suas diretrizes pedagógicas, conforme o que preconiza a legislação vigente, fazendo uma abordagem a partir de documentos institucionais, como o próprio PPP, planos de ensino, projetos pedagógicos e relatórios de atividades.

Compreendendo que a Lei nº 13.666/2018, ao modificar a LDBEN, não apenas recomenda, mas torna obrigatória a inclusão da educação alimentar e nutricional nos currículos escolares, Nossa análise revelou, contudo, uma fragilidade significativa no PPP da escola quanto à efetivação dessa diretriz. O documento, embora aborde a alimentação, o faz de maneira superficial e vinculada unicamente à área da Educação Física, desconsiderando sua natureza transversal e multidisciplinar.

Essa limitação evidencia uma visão reducionista da EAN, restrita ao binômio alimentação e atividade física, desarticulada de outras dimensões fundamentais como cultura alimentar, soberania nutricional, sustentabilidade e direito humano à alimentação adequada. Dessa forma, o PPP da escola, ao não tratar a EAN de modo integrado com outras áreas do conhecimento, compromete o potencial formativo de uma educação emancipadora e crítica.

Apesar disso, a escola apresenta um cenário fértil para a ampliação das práticas de EAN. A presença de hortas escolares, o envolvimento da comunidade e as parcerias eventuais com profissionais da saúde são potencialidades que, se melhor articuladas, podem fortalecer um currículo mais coerente com as exigências legais e pedagógicas atuais.

A ausência da EAN no PPP também reforça a necessidade de articulação com outras legislações já consolidadas, como a Lei nº 11.947/2009, que regula o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que recomen-

dam o tratamento interdisciplinar do tema. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua formulação mais recente, enfatiza a alimentação como componente essencial da formação integral dos estudantes, especialmente nas áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Dessa forma, a escola deve considerar o PPP não como um documento estático e meramente burocrático, mas como um instrumento estratégico e político de gestão, capaz de orientar práticas educativas transformadoras. Como bem aponta Veiga (2008), o PPP deve refletir os valores, as escolhas pedagógicas e as necessidades reais da comunidade escolar. Para isso, é fundamental que sua construção envolva todos os sujeitos escolares — gestores, docentes, estudantes, famílias e comunidade local — promovendo um debate democrático e permanente sobre os temas que atravessam o cotidiano escolar.

A análise também identificou desafios importantes para a plena implementação da EAN, entre os quais se destaca a carência de formação específica dos professores para abordar conteúdos relacionados à alimentação e nutrição. Muitos docentes relataram insegurança e despreparo para tratar do tema em suas práticas pedagógicas, o que revela a urgência de políticas de formação continuada que contemplam essa dimensão.

Outro desafio diz respeito à ausência de um trabalho interdisciplinar efetivo. A EAN ainda é vista por muitos educadores como responsabilidade exclusiva de áreas como Ciências ou Educação Física, o que enfraquece a proposta de transversalidade. A superação dessa visão segmentada exige uma reestruturação curricular e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que articulem saberes e promovam o diálogo entre as áreas.

Como caminhos possíveis para a transformação dessa realidade, o estudo sugere:

- A revisão do PPP com inclusão explícita da EAN como diretriz transversal, articulada com os princípios da Lei nº 13.666/2018;
- A criação de um comitê escolar de alimentação e nutrição, composto por professores, alunos, pais e representantes da comunidade local;
- A ampliação de parcerias com instituições de saúde e agricultura familiar;
- A valorização das iniciativas já existentes na escola, como hortas e feiras de saúde, integrando-as ao currículo formal;
- A promoção de formações continuadas sobre educação alimentar e metodologias participativas.

É importante destacar que o debate sobre alimentação na escola também está intrinsecamente ligado a outras questões estruturantes, como o enfrentamento à desigualdade de gê-

nero. A docência na educação básica, marcada majoritariamente pela presença de mulheres, carrega consigo a herança de uma divisão sexual do trabalho que historicamente associou às mulheres as tarefas de cuidado e nutrição. Entretanto, apesar de serem maioria, as professoras muitas vezes enfrentam precarização das condições de trabalho, salários mais baixos, e a responsabilização moral pela saúde dos alunos, como se o cuidado fosse um dever naturalizado. Discutir educação alimentar sem considerar essas dimensões é perpetuar o machismo estrutural que atravessa as instituições educativas.

Portanto, repensar o PPP à luz da EAN é também questionar as estruturas de poder que sustentam desigualdades no cotidiano escolar — entre disciplinas, entre sujeitos, entre saberes. É assumir o compromisso com uma educação crítica, emancipatória e transformadora, como propõe Freire (1996), e que não pode se furtar ao debate sobre direito à alimentação, equidade de gênero e justiça social.

4.4 Percepções das professoras sobre a educação alimentar e nutricional (EAN) e a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Na análise das falas das professoras sobre a compreensão acerca da Lei e sua importância no contexto educacional, podemos focar no conhecimento da legislação, percepção de sua relevância no cotidiano escolar e desafios e implicações da implementação da lei. Cada um desses pontos será abordado com base nas falas das professoras, trazendo uma discussão teórica fundamentada em autores que trabalham temas relacionados à legislação educacional, à formação de hábitos alimentares saudáveis, e à integração de práticas transversais no currículo escolar.

Neste sentido, ao que se refere a compreensão acerca da Lei 13.666/2018 e a sua importância no contexto educacional, no quadro 1 encontram-se descritas síntese das falas das professoras.

Quadro 1 – Compreensão das professoras entrevistadas acerca da Lei 13.666/2018 e a sua importância no contexto educacional.

Professoras Participantes	Percepção das participantes
P _S	“Assegurar, aos alunos, informações sobre alimentação saudável desde pequenos” “Autocuidado e autonomia na alimentação saudável.”
P _J	“não conhecia até participar da pesquisa” “promove a prevenção, formação integral” “consciência social, melhorar a qualidade de vida e equidade social” “combater a desnutrição”
P _{JS}	“informações sobre cuidado com a saúde” “escola é o espaço para a criança ter informações sobre alimentação saudável”
P _M	“informações sobre tipo de alimentação” “consumo de alimentos industrializados aos invés da alimentação mais saudável fornecida na escola.”
P _L	“a EAN deve ser de conhecimento dos alunos, responsáveis, dos Profissionais da Educação e de toda Comunidade Escolar” “tema relevante e importante para o conhecimento de benefícios para o corpo.”
P _R	“conscientização dos alunos na escolha de alimentos saudáveis.” “principalmente para os pequenos que possuem certa resistência de consumir determinados legumes e verduras.”

Outro aspecto relevante é a questão da articulação entre família e escola. As professoras destacam que, apesar dos esforços dentro da escola, muitos alunos têm dificuldade em manter hábitos alimentares saudáveis em casa, o que cria um descompasso entre a educação recebida no ambiente escolar e as práticas alimentares familiares. Como aponta Bronfenbrenner (1996), "o desenvolvimento humano é influenciado por uma série de sistemas inter-relacionados, incluindo o ambiente familiar, escolar e comunitário" (p. 28), indicando que a educação alimentar deve ser vista como uma responsabilidade compartilhada entre escola e família.

As falas de P_S, ao destacar a importância de introduzir a educação alimentar desde a infância, refletem uma compreensão que encontra sustentação nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual estabelece a importância de promover hábitos de vida saudáveis desde os primeiros anos escolares. De acordo com a BNCC, o trabalho com a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) deve ser realizado de forma transversal e integrada, abordando questões de saúde, bem-estar, e sustentabilidade em todas as etapas da educação básica (Brasil, 2018).

A BNCC reforça que, na Educação Infantil, as práticas educativas voltadas para a alimentação devem incentivar a curiosidade e a conscientização das crianças sobre os alimentos, promovendo o entendimento de que a alimentação está diretamente relacionada à

saúde e à qualidade de vida. Essa orientação está em sintonia com a visão de P_s , que salienta a importância de desenvolver hábitos saudáveis a longo prazo, alinhada ao princípio de que quanto mais cedo as crianças forem expostas às informações sobre alimentação saudável, maior será a probabilidade de que incorporem essas práticas em suas vidas adultas.

Ao enfatizar o autocuidado e a autonomia, a professora demonstra uma compreensão da educação que vai além da mera transmissão de conhecimento, preparando os alunos para tomarem decisões conscientes e responsáveis sobre sua própria saúde.

Essa abordagem também ecoa a ideia de formação integral dos alunos, uma das premissas da BNCC, que estabelece a necessidade de trabalhar o desenvolvimento integral dos estudantes, ou seja, contemplar os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos de forma integrada. Nesse sentido, a EAN é vista como uma ferramenta fundamental para desenvolver a autonomia das crianças, capacitando-as a compreender a importância de suas escolhas alimentares no cotidiano e a longo prazo. A ideia de autocuidado ganha relevância na formação de alunos que possam tomar decisões conscientes, com base em uma visão crítica sobre a alimentação e a saúde.

Além disso, a abordagem defendida por P_s também está de acordo com o conceito de competências socioemocionais previsto na BNCC, que busca desenvolver nos alunos habilidades como responsabilidade, tomada de decisão e cuidado com o corpo. A EAN, ao promover o autocuidado e a autonomia, contribui diretamente para o desenvolvimento dessas competências, preparando os alunos para exercerem sua cidadania de forma plena. As falas de P_j trazem à tona uma compreensão ampliada da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), enfatizando não apenas seus benefícios para a saúde, mas também seu papel na formação integral e na promoção de uma consciência social. Ao mencionar a prevenção de doenças como a desnutrição e a melhoria da equidade social, P_j sublinha o caráter inclusivo da EAN, que visa capacitar os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica, a adotarem hábitos saudáveis. Essa abordagem está intimamente ligada à Lei 13.666/2018, que estabelece a obrigatoriedade de incluir temas de educação alimentar no currículo escolar, reconhecendo o papel da escola na promoção da saúde e cidadania.

De acordo com Gadotti (2012), a educação deve ser vista como um instrumento de transformação social, promovendo a emancipação dos sujeitos a partir da conscientização de sua realidade e das possibilidades de mudança. Ao destacar a prevenção de doenças e a promoção de uma consciência crítica sobre a alimentação, P_j reflete essa perspectiva transformadora da educação, que vai além da simples transmissão de conhecimentos técnicos.

A formação integral, proposta tanto pela BNCC quanto por autores como Gadotti (2012), envolve não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o desenvolvimento social e emocional, preparando os alunos para tomar decisões conscientes e responsáveis.

Nesse contexto, a equidade social ganha destaque. A fala de P_J sobre a EAN como um meio de melhorar a equidade social está em consonância com o objetivo da Lei 13.666/2018, que visa garantir que todas as crianças, independentemente de sua classe social, tenham acesso à educação sobre alimentação saudável. Como observa Freire (1997), a educação deve ser um processo dialógico e libertador, capaz de conscientizar os indivíduos sobre suas condições de vida e capacitá-los para agir em prol de transformações. Assim, a EAN, ao fornecer ferramentas para adoção de hábitos alimentares saudáveis, contribui para reduzir as desigualdades sociais relacionadas à saúde e ao acesso à informação.

Além disso, o foco na prevenção de doenças como a desnutrição reflete o entendimento de que a EAN não é apenas uma questão pedagógica, mas também sanitária e social. Como explica Silva (2015), a educação alimentar nas escolas é uma das formas mais eficazes de combater problemas de saúde pública, como a desnutrição e a obesidade infantil, proporcionando às crianças e adolescentes os conhecimentos necessários para fazer escolhas alimentares que favoreçam seu desenvolvimento físico e mental.

Por fim, a ideia de que a educação alimentar melhora a equidade social também dialoga com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê a promoção de uma educação que contemple a diversidade social e cultural dos alunos, proporcionando a todos o acesso a uma formação que respeite as diferenças e promova a inclusão. A inclusão da EAN no currículo escolar, conforme previsto pela BNCC e pela Lei 13.666/2018, reflete esse compromisso com a igualdade de oportunidades, garantindo que a educação alimentar não seja privilégio de poucos, mas um direito de todos. A fala de P_{JS}, ao reforçar a escola como um espaço central para a promoção da saúde e da educação alimentar e nutricional (EAN), encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que regulamentam a organização da educação básica no Brasil. Segundo as DCN para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010), a escola tem o compromisso de promover o desenvolvimento integral do aluno, incluindo aspectos relacionados à saúde e ao bem-estar, como previsto na abordagem da educação em saúde. Essa diretriz amplia o papel da escola, afirmindo que ela deve ser um ambiente de aprendizagem sobre práticas de vida saudáveis, o que inclui a alimentação e a nutrição.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, as práticas pedagógicas devem se

articular com os princípios da promoção da saúde, sendo a educação alimentar e nutricional uma dessas práticas essenciais para a formação integral dos alunos. A escola, nesse sentido, é vista como um local privilegiado para a socialização de informações cruciais sobre saúde, muitas vezes não disponíveis no ambiente familiar, como enfatizado por P_{JS}. Dessa forma, o foco em EAN visa garantir que os alunos desenvolvam hábitos saudáveis desde cedo, contribuindo para a prevenção de doenças e a formação de cidadãos mais conscientes em termos de autocuidado.

A Lei 13.666/2018, que torna obrigatória a inclusão de temas de educação alimentar no currículo escolar, está em plena consonância com as DCN. Ambas as legislações reforçam o papel da escola na promoção de práticas alimentares saudáveis, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e responsáveis em relação à sua saúde e bem-estar. Como afirma Libâneo (2013), a função da escola é socializar conhecimentos e práticas que promovam o bem-estar coletivo, e a EAN se insere nesse contexto como uma ferramenta pedagógica fundamental.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as DCN para a educação básica ressaltam a importância de integrar temas transversais como saúde, sustentabilidade e alimentação ao currículo, visando uma educação integral que abranja não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a formação ética, emocional e física dos alunos.

A fala de P_M destaca um desafio significativo na implementação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) a prevalência do consumo excessivo de alimentos industrializados em detrimento de uma alimentação mais saudável, como a oferecida nas escolas. Essa questão evidencia a influência de fatores externos, como o marketing de alimentos e a cultura alimentar familiar, sobre as escolhas alimentares dos alunos, revelando a complexidade do tema.

O consumo de alimentos industrializados é um problema crescente, e diversos estudos apontam para os impactos negativos dessa prática, tanto para a saúde quanto para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. De acordo com Monteiro et al. (2019), o consumo de alimentos ultraprocessados está diretamente associado ao aumento de doenças crônicas, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares, além de contribuir para a formação de hábitos alimentares inadequados desde a infância. Essas observações reforçam a fala de P_M, que sugere que, apesar dos esforços da escola em promover uma alimentação mais nutritiva, os alimentos industrializados ainda predominam, prejudicando a efetividade das ações de EAN.

Além disso, o estudo de Canella e Jaime (2020) aponta que o ambiente alimentar escolar desempenha um papel crucial na formação dos hábitos alimentares das crianças e adolescentes. No entanto, o ambiente externo, especialmente a influência do marketing de alimentos, muitas vezes atua de forma contrária às diretrizes de alimentação saudável promovidas pela escola. Isso torna evidente a necessidade de ações mais amplas, como sugere P_M, que vão além da escola e incluem a conscientização das famílias e da comunidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância da educação alimentar e nutricional como um tema transversal, integrando os conteúdos escolares com o cotidiano dos alunos e suas famílias. Segundo a BNCC, é fundamental que as ações pedagógicas relacionadas à alimentação saudável também contemplam o diálogo com a comunidade e as famílias, uma vez que o comportamento alimentar é fortemente influenciado pelos hábitos familiares e pela publicidade dirigida ao público infantil (Brasil, 2018).

Como explica Silva e Soares (2021), a promoção de hábitos alimentares saudáveis nas escolas deve ser acompanhada de estratégias de educação voltadas para as famílias e o ambiente externo, de modo a reduzir o impacto negativo da cultura alimentar predominante, que muitas vezes valoriza os alimentos industrializados em detrimento de opções mais saudáveis. Dessa forma, a EAN não pode ser restrita ao ambiente escolar, devendo envolver a comunidade, as políticas públicas e a regulação do marketing de alimentos, para que os alunos possam desenvolver uma relação mais consciente com a alimentação.

A fala de P_M também ecoa a necessidade de políticas públicas mais eficazes para regulação da publicidade de alimentos ultraprocessados, que tem sido amplamente discutida em diversos âmbitos da saúde pública. Monteiro et al. (2019) sugerem que a regulação de alimentos e o fortalecimento das políticas de saúde e educação são essenciais para reverter o cenário de má alimentação e consumo excessivo de alimentos industrializados no Brasil, e que a escola, em parceria com a família, desempenha um papel central nesse processo.

A fala de P_L destaca a importância de uma abordagem multidisciplinar e comunitária na Educação Alimentar e Nutricional (EAN), reconhecendo que essa educação não deve estar limitada apenas aos alunos, mas deve engajar professores, responsáveis e toda a comunidade escolar. Essa visão é crucial para o sucesso das políticas de EAN, pois, ao ampliar o escopo para além da sala de aula, torna-se possível criar uma rede de suporte e reforçar os hábitos saudáveis em diferentes contextos sociais e familiares. Esse diálogo comunitário é essencial para que os alunos internalizem as práticas alimentares adequadas e as levem para fora do ambiente escolar, influenciando suas vidas e as de suas famílias.

A Lei 13.666/2018 reflete diretamente essa abordagem ao enfatizar a transversalidade da temática de alimentação saudável no currículo escolar, ou seja, que deve ser trabalhada de maneira integrada e interdisciplinar entre os diferentes atores da comunidade escolar. Isso implica que o tema deve perpassar diferentes disciplinas e envolver toda a estrutura educacional e familiar para que o processo de conscientização sobre a alimentação seja efetivo e duradouro. P_L parece perceber que, ao integrar professores, pais e outros membros da comunidade, a escola tem maior potencial para promover mudanças significativas no comportamento alimentar dos alunos.

O papel dos professores nesse processo é fundamental, pois eles atuam como mediadores entre o conteúdo acadêmico e as vivências cotidianas dos alunos. Freire (1996) argumenta que a educação libertadora é aquela que busca transformar a realidade, e a EAN é um exemplo claro de como a escola pode empoderar os alunos a fazerem escolhas mais conscientes e saudáveis, indo além do conteúdo formal e integrando a prática em suas vidas. Isso só pode ser alcançado quando a comunidade escolar trabalha unida e de forma colaborativa.

A inclusão dos responsáveis no processo educacional também é vital. Silva e Soares (2021) destacam que a participação ativa das famílias na EAN fortalece a conexão entre o que é ensinado na escola e o que é praticado em casa, aumentando as chances de que os alunos adotem hábitos alimentares saudáveis. Quando os pais e responsáveis se tornam parceiros na educação, eles contribuem para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de práticas alimentares mais conscientes.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe que a educação em saúde, incluindo a alimentação, seja transversal, permeando as diferentes áreas do conhecimento e incentivando uma participação ativa da comunidade escolar. A BNCC reforça a necessidade de desenvolver competências relacionadas à saúde e ao bem-estar de forma colaborativa, o que inclui o diálogo com famílias e comunidade, uma vez que a alimentação é um tema que vai além do ambiente escolar e precisa ser praticado e reforçado em diferentes contextos.

E ainda, é importante destacar que a promulgação de políticas de saúde pública eficazes também deve ser acompanhada de mobilizações locais, conforme argumenta Monteiro et al. (2019). A escola, nesse sentido, atua como uma ponte entre as políticas públicas e a realidade prática das famílias e da comunidade, o que ressalta a importância de todos os envolvidos estarem conscientes dos benefícios da alimentação saudável e do impacto

positivo dessas práticas na saúde geral.

A fala de P_R enfatiza a importância de conscientizar os alunos, especialmente os mais novos, sobre a escolha de alimentos saudáveis, como legumes e verduras, que muitas vezes enfrentam resistência entre as crianças. Esse aspecto revela um entendimento profundo dos desafios na promoção da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), uma vez que os pequenos estão em processo de formação de suas preferências alimentares.

O reconhecimento de P_R de que a educação alimentar não deve ser imposta, mas trabalhada de forma gradual e consciente, é essencial para o sucesso de qualquer programa de EAN. Essa perspectiva está alinhada com as ideias de Freire (1996), que argumenta que a educação deve ser um processo de conscientização e reflexão, onde os alunos se tornam protagonistas de seu aprendizado. Para isso, é necessário que compreendam os benefícios de uma alimentação saudável, estabelecendo uma relação positiva com os alimentos, ao invés de uma abordagem coercitiva que pode gerar resistência.

A resistência das crianças em aceitar alimentos saudáveis é um fenômeno bem documentado na literatura. Santos e colaboradores (2020) apontam que as preferências alimentares são desenvolvidas desde a infância e podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo o ambiente familiar, a exposição a diferentes alimentos e o marketing de produtos alimentícios. Durante o desenvolvimento, as crianças tendem a manifestar preferências por alimentos doces e salgados, que muitas vezes são ultraprocessados e menos nutritivos. Portanto, a estratégia de exposição gradual a alimentos saudáveis é fundamental para promover uma aceitação maior dessas opções.

A professora P_R também destaca a necessidade de uma abordagem construtiva e de experiências positivas com os alimentos. A pesquisa de Mardegan e Oliveira (2019) reforça que a experiência sensorial e o contexto social em que as crianças experimentam novos alimentos podem influenciar suas escolhas alimentares. Assim, criar um ambiente escolar que incentive a experimentação de legumes e verduras, por meio de atividades lúdicas e dinâmicas, pode facilitar a formação de hábitos saudáveis desde a infância.

A Lei 13.666/2018, que estabelece a obrigatoriedade da EAN nas escolas, sugere que essa educação deve ser contextualizada e adaptada às realidades e preferências dos alunos. O trabalho conjunto de educadores e profissionais de saúde pode ajudar a desenvolver programas de EAN que respeitem o processo de conscientização dos alunos e as particularidades de sua faixa etária.

Portanto, a fala de P_R se alinha com a proposta de que a EAN deve ser vista como um

processo educacional contínuo, no qual as crianças são incentivadas a fazer escolhas alimentares saudáveis por conta própria, promovendo um ambiente em que o conhecimento e a prática caminham juntos em direção à saúde e bem-estar.

O quadro 2 apresenta as percepções das professoras participantes sobre a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como tema transversal no contexto educacional.

Quadro 2 - Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal no contexto educacional

Professoras Participantes	Percepção das participantes
P _S	“estratégia para a promoção da saúde”
P _J	“ enriquece o currículo escolar e contribui significativamente para a formação integral dos estudantes, impactando positivamente a saúde, a cultura e a cidadania.”
P _{JS}	“importância, muita das vezes os alunos nem conhecem os alimentos saudáveis a escola dá essa oportunidade do conhecimento na hora da merenda.”
P _M	“ complementar a informação sobre alimentação saudável e seus benefícios em todos os níveis escolares, buscando conscientizar os alunos a repassarem as informações aprendidas em sala de aula para seus familiares.”
P _L	“é importante para reflexão sobre o dia a dia da alimentação do ser como um todo. Essa estratégia de discussão é ótima para que os educandos compreendam a importância e os benefícios para o corpo todo incluindo na aprendizagem.”
P _R	“Ao trabalhar esse tema, os alunos ficam motivados a consumir os alimentos oferecidos na escola bem como o consumo de fruta. Vemos na prática a mudança de comportamento dos alunos a partir do trabalho desenvolvido sobre alimentação escolar.”

Para realizar uma análise aprofundada das falas das professoras e embasar a discussão sobre a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como tema transversal no contexto educacional, a Lei 13.666/2018 se mostra central. Esta lei estabelece a EAN como obrigação no currículo escolar, contribuindo para a formação integral dos alunos e incentivando a adoção de hábitos alimentares saudáveis e duradouros. A abordagem transversal da EAN é essencial para promover a saúde e conscientização entre os alunos, como demonstrado nas falas das professoras.

A professora P_S sublinha que a EAN representa uma “estratégia para a promoção da saúde”. Este entendimento é apoiado por Monteiro et al. (2018), que defende a alimentação saudável não apenas como uma escolha pessoal, mas como uma questão de intervenção educativa e pública, pois o ambiente escolar é um espaço essencial para práticas de promoção à saúde.

A fala de P_S reflete essa perspectiva, diminuindo que a EAN deve ultrapassar a teoria e

se traduzir em práticas que permitam aos alunos compreender a importância dos alimentos para o bem-estar físico e mental, tal como sugerem Monteiro e seus colegas ao afirmarem: “A alimentação saudável contribui para a redução de doenças crônicas e é uma estratégia de promoção da saúde”

A professora P_J ressalta que a EAN “enriquece o currículo escolar e contribui significativamente para a formação integral dos estudantes, impactando positivamente a saúde, a cultura e a cidadania”. Essa visão está em sintonia com autores como Carvalho e Silva (2020), que abordam a EAN como uma prática pedagógica integral, desenvolvendo não apenas o aspecto cognitivo, mas também o emocional e social dos estudantes. Segundo eles, “a educação alimentar é uma ferramenta para a formação do sujeito consciente de suas escolhas, tornando-se um cidadão crítico e independente em relação ao consumo” (Carvalho; Silva, 2020). P_J reflete a natureza transformadora da EAN ao apontar seu papel na formação de uma cidadania ativa e na prática de hábitos alimentares saudáveis e conscientes.

A professora P_{JS} aponta a “importância” de oferecer conhecimento sobre alimentos saudáveis, observando que “muitas vezes os alunos nem conhecem os alimentos saudáveis e a escola dá essa oportunidade”. Este aspecto mostra o papel crucial da escola em democratizar o acesso ao conhecimento e promover a autonomia alimentar. Em consonância, a Lei 13.666/2018 propõe que a escola seja um espaço onde a alimentação saudável não seja apenas ensinada, mas também vivida. Bortolini et al. (2019) reforçam essa perspectiva, afirmando que “a autonomia alimentar é uma competência que deve ser desenvolvida desde a infância, e o ambiente escolar proporciona essa possibilidade, permitindo que os alunos escolham de forma maior”.

Para a professora P_M, a EAN é essencial para “complementar a informação sobre alimentação saudável” e conscientizar os alunos para que repassem o conhecimento às suas famílias. Essa visão enfatiza a EAN como um vetor multiplicador de conhecimento, o que é corroborado por Soares e Almeida (2017), que afirma que “a escola é um espaço privilegiado para a formação de hábitos que podem ser levados para além dos muros escolares, impactando positivamente a saúde da comunidade”. Dessa forma, a EAN transcende o ambiente escolar e se estende às famílias, promovendo um efeito em cadeia que potencializa os resultados da educação.

A professora P_L considera a EAN um espaço de “reflexão sobre o dia a dia da alimentação do ser como um todo”. Esse aspecto está alinhado com o conceito de EAN como processo contínuo, como discutem Oliveira e Freitas (2019), que explicam que a EAN “não é

um conjunto de informações isoladas, mas uma reflexão constante sobre práticas alimentares e seu impacto no bem-estar”. A reflexão sobre os hábitos diários é essencial para que os alunos compreendam a relação direta entre alimentação, aprendizado e disposição, como defendem Oliveira e Freitas ao destacarem que “a alimentação saudável contribui para a concentração e o desenvolvimento acadêmico” (Oliveira; Freitas, 2019).

Por fim, o P_R observa que a EAN motiva os alunos a consumir alimentos saudáveis oferecidos pela escola, refletindo em mudanças positivas no comportamento dos alunos quanto ao consumo de frutas e outros alimentos. Essa prática confirma os estudos de Castro e Lima (2020), que destacam que “a alimentação escolar é fundamental na construção de hábitos alimentares saudáveis e na redução de comportamentos de risco para a saúde”. A fala de P_R reflete o sucesso de uma prática educativa que, bem conduzida, transforma positivamente o comportamento.

O conceito de temas transversais surgiu a partir da necessidade de incluir, na educação, conteúdos que dialoguem diretamente com a realidade dos alunos e abordem problemas sociais contemporâneos. Os temas transversais são fundamentais para promover o desenvolvimento integral dos estudantes e estão previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que destacam a importância de assuntos como saúde, ética, ambiente e orientação sexual. Essa abordagem veio contribuir para uma formação cidadã e crítica. Libâneo destaca a importância de uma formação integral que não se limita apenas aos conteúdos tradicionais das disciplinas, mas que inclui temas que dialogam com a realidade dos alunos, promovendo uma educação para a cidadania. Ele argumenta que os temas transversais oferecem uma visão holística e crítica, fundamental para a formação de cidadãos atuantes e conscientes (Libâneo, 2004).

O quadro 3 apresenta as percepções das professoras participantes sobre a abordagem da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar.

Quadro 3- Abordagem no currículo escolar sobre a Educação Alimentar e Nutricional.

Professoras Participantes	Percepção das participantes
P _S	“é abordada no currículo quando se fala de alimentos saudáveis e não saudáveis.”
P _J	“tema não é abordado no currículo... esta ligado a educação física que eu nem sei o motivo... nunca vi um projeto sobre alimentação, então acaba ficando um tema que ninguém liga ou então pensa que esse assunto é com a nutricionista do município.”
P _{JS}	“é abordado no material didático de forma bem rasa, bem indireta a todo o momento.”

P _M	“O nosso PPP associa alimentação saudável apenas no conteúdo de educação física, mas não sendo abordado nas classes de nível inicial já que não são atendidas por professores especializados.”
P _L	“Seria de total esclarecimento e reflexão para os discentes esse assunto ser trabalhado durante o ano todo e até mesmo de algum projeto incluindo a conscientização e a importância da educação alimentação e nutricional no cotidiano vai além dos muros da escola é levar isso para a vida toda.”
P _R	“não há integração do tema no currículo, no entanto, a temática é trabalhada como tema transversal ao longo do ano a partir das percepções comportamental dos alunos em relação a alimentação. A temática entra como projeto na semana da alimentação, data estipulada pela SEMED.”

A discussão sobre a abordagem da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar revela um cenário de desafios e lacunas, conforme as percepções das professoras participantes. A análise aponta para uma abordagem fragmentada e insuficiente do tema no ambiente escolar, embora a EAN, conforme previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), deva fazer parte da formação integral dos estudantes e ser trabalhada de forma interdisciplinar.

A LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a educação básica deve garantir a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer meios para a compreensão do ambiente social e do cuidado com a saúde. O artigo 26 da LDB prevê que temas relacionados à saúde devem ser tratados no currículo, o que inclui a EAN como parte desse conteúdo essencial. No entanto, as falas das professoras indicam que essa orientação não tem sido plenamente aplicada. A professora P_S menciona que a EAN “é abordada no currículo quando se fala de alimentos saudáveis e não elevados”, o que evidencia uma abordagem superficial, sem a profundidade necessária para fomentar uma compreensão holística dos estudantes sobre a importância da alimentação para a saúde e o bem-estar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece a EAN como um tema transversal, especialmente nas áreas de Ciências e Educação Física, destacando que o tema deve ser trabalhado de forma integrada ao longo das etapas escolares. A professora P_J, no entanto, destaca que “o tema não é abordado no currículo” e que a EAN está ligada apenas à Educação Física, muitas vezes percebida como uma responsabilidade do profissional de nutrição do município. Isso reflete uma desconexão entre a orientação da BNCC e a prática escolar, onde o caráter transversal do tema não é implementado adequadamente, limitando-se a eventos pontuais, como a semana da alimentação, mencionado pela professora P_R. Esse descompasso entre a orientação curricular e a prática escolar revela a necessidade de uma

maior conscientização e formação dos professores para a abordagem interdisciplinar e constante da EAN, conforme sugerido pela BNCC.

A percepção de que a EAN é tratada de forma “rasa” no material didático, conforme observado pela P_{JS}, reforça o caráter isolado com o qual a temática é frequentemente abordada. P_{JS} afirma que o material didático traz o tema de forma indireta e sem a profundidade necessária, apontando para uma lacuna que limita a compreensão dos alunos sobre a alimentação saudável e suas implicações. De acordo com Silva e Santos (2019), “a educação alimentar deve ser tratada de maneira abrangente, possibilitando aos alunos entenderem não apenas o que é uma alimentação saudável, mas como essa prática influencia sua saúde e seu desempenho escolar”. A visão da P_{JS} sugere que, ao tratar a EAN apenas de forma esporádica e indireta, o currículo não oferece suporte para que os alunos internalizem a importância da alimentação.

As falas das professoras P_M e P_L revelam o desejo de que a EAN seja tratada de forma mais prática e constante no currículo escolar. P_M observa que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola associa o tema da alimentação saudável apenas ao conteúdo de Educação Física, sem atenção às séries iniciais, enquanto P_L propõe que o tema seja trabalhado durante o ano todo por meio de projetos de conscientização. Essa perspectiva vai ao encontro das ideias de Libâneo (2004), que afirma que “a educação não deve se limitar ao conteúdo das disciplinas, mas deve incluir temas que promovam uma formação integral, com foco na cidadania e na responsabilidade social”. Nesse sentido, a EAN é um tema que poderia perpassar todo o currículo escolar, promovendo não apenas a saúde, mas também a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

Embora a EAN não esteja integrada ao currículo, a professora P_R relata que o tema é abordado de forma transversal em um projeto pontual, como a Semana da Alimentação. No entanto, a implementação limitada e esporádica da EAN diminui o seu potencial transformador, uma vez que uma semana isolada não é suficiente para consolidar práticas e hábitos saudáveis. De acordo com Bortolini et al. (2019), “a EAN deve ser uma prática contínua no contexto escolar, possibilitando a formação de hábitos duradouros e a compreensão da alimentação como parte do cuidado com a saúde”. A fala de P_R evidencia uma prática que, embora importante, não atende às diretrizes da BNCC e da LDB para uma abordagem transversal e contínua do tema.

As percepções das professoras participantes indicam que a EAN, conforme atualmente no currículo escolar, não alcança a profundidade e transversalidade permitida para promover

uma formação integral dos estudantes. A LDB e a BNCC oferecem um respaldo jurídico e orientações que sugerem que a EAN seja uma prática educativa contínua e integrada ao cotidiano escolar, mas a aplicação prática ainda é limitada e fragmentada. Segundo Libâneo (2004), uma abordagem de temas transversais como a EAN é essencial para a formação de uma cidadania ativa e consciente, e deve ser incorporada ao currículo como prática educativa regular e significativa.

Para uma melhoria eficaz da EAN no currículo escolar, é fundamental que as escolas adotem uma abordagem mais integrada e que os professores sejam capacitados para tratar o tema de forma interdisciplinar. Além disso, a criação de projetos permanentes e de conscientização, como sugerido por P_L, pode auxiliar na construção de uma cultura alimentar que transcenda o ambiente escolar e se estende para a vida cotidiana dos estudantes.

Finalmente, P_R observa que, embora o tema não esteja totalmente integrado ao currículo, é tratado transversalmente ao longo do ano, especialmente em atividades como a Semana da Alimentação, organizada pela Secretaria de Educação (SEMED). Essa prática mostra um esforço pontual em trabalhar o tema, mas a perspectiva de Silva e Santos (2019) sobre transversalidade indica que a EAN, assim como outros temas transversais, deveria estar entrelaçada com as práticas e conteúdos ao longo do ano, e não confinada a atividades esporádicas. O tratamento da EAN dessa forma contribui para uma compreensão mais profunda e integrada do tema, possibilitando que o aluno aprofunde.

Assim, a discussão expõe a importância de uma abordagem mais estruturada e contínua da EAN no currículo escolar, baseada nos princípios estabelecidos pela LDB e reforçados pela BNCC e pela Lei 13.666/2018. Os autores mencionados concordam que a EAN, como tema transversal, não é apenas um conteúdo, mas uma prática educativa capaz de contribuir para a formação integral e cidade dos alunos, desenvolvendo habilidades para escolhas alimentares conscientes e resiliência que os acompanham.

O quadro 4 apresenta as percepções das professoras participantes sobre a influência da Lei 13.666/2018 na prática pedagógica, particularmente no que diz respeito ao planejamento à abordagem da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas.

Quadro 4 - Como que a Lei 13.666/2018 influencia a prática pedagógica

Professoras Participantes	Percepção das participantes
P _S	“ela pouco influencia a minha prática pedagógica do meu planejamento, até mesmo por falta de conhecimento da existência dela.”
P _J	“Através de uma prática pedagógica mais integrada e consciente, que considera a alimentação como parte fundamental do desenvolvimento integral dos alunos. Isso se reflete diretamente no planejamento das aulas, na criação de projetos, e na formação contínua dos educadores.”
P _{JS}	“influência muito e me direciona também para esse tema que é bem importante a ser abordado.”
P _M	“Nesse momento influencia pouco no planejamento, visto que até momento não conhecia sobre tema.”
P _L	“não influencia na minha prática pedagógica escolar no meu planejamento diário, pois nem a gestão escolar, nem os orientadores e nem o município não incentivam e nem repassam tal informação... e sei da importância que é manter uma Educação Alimentar e Nutricional correta na vida de um estudante.”
P _R	“Como docente, sempre desenvolvemos trabalhos pontuais sobre alimentação saudável.” “tem o incentivados a se alimentarem de modo positivo dentro da escola trocando seus biscoitos por uma fruta ofertado na escola.”

As falas de P_S e P_M indicam que a lei exerce pouca ou nenhuma influência nas práticas pedagógicas, principalmente pela falta de conhecimento sobre a existência da legislação. A professora P_S menciona que a lei "pouco influencia a minha prática pedagógica", um ponto reforçado pela fala de PM, que afirma que "até o momento não conhecia sobre o tema". Esse desconhecimento é um obstáculo significativo, uma vez que, como Veiros e Fiates (2011) sugerem, o conhecimento prévio e a formação dos professores são fundamentais para que uma legislação como a Lei 13.666/2018 seja incorporada ao planejamento pedagógico. A ausência de capacitação e disseminação da informação entre os educadores impede que o potencial transformador da EAN seja atingido.

As falas dessas duas professoras (P_J e P_{JS}) refletem uma compreensão mais aprofundada do papel da EAN no desenvolvimento integral dos alunos, ainda que em graus diferentes. P_J valoriza a alimentação como parte do desenvolvimento dos estudantes e vê a EAN como um aspecto fundamental no planejamento das aulas e na criação de projetos, indicando uma prática pedagógica mais integrada e consciente. Essa visão se alinha com o pensamento de Freire (1996), que defende a importância de práticas educativas contextualizadas e que dialoguem com as necessidades dos alunos e da sociedade. Já P_{JS} menciona que a legislação "influencia muito e me direciona para esse tema", evidenciando a

compreensão da importância da EAN e da legislação como um guia importante para o trabalho pedagógico.

A professora P_L levanta um problema organizacional: a falta de incentivo e comunicação da gestão e dos orientadores impede que a EAN seja implementada de maneira mais eficaz. P_L expressa que “nem a gestão escolar, nem os orientadores e nem o município incentivam e nem repassam tal informação”, o que mostra como a ausência de apoio institucional afeta diretamente a prática pedagógica. Saviani (2019) discute que a implementação de políticas educacionais requer suporte em todos os níveis da administração escolar. A fala de P_L é um reflexo da necessidade de alinhamento entre as diretrizes educacionais e o suporte que os educadores recebem da gestão e dos órgãos municipais.

Em contraste, P_R menciona práticas pontuais relacionadas à alimentação saudável, como o incentivo ao consumo de frutas durante as refeições. Essa prática, embora não seja uma aplicação direta da Lei 13.666/2018, é um exemplo de EAN de forma prática e cotidiana. A visão de P_R se alinha ao pensamento de Vygotsky (1991) sobre a mediação social no aprendizado, em que os hábitos e valores podem ser construídos com base nas interações diárias entre alunos e professores.

Ao incentivar a troca de alimentos por opções mais saudáveis, está, de fato, promovendo a EAN de maneira implícita.

A diversidade nas falas indica que, embora a Lei 13.666/2018 tenha potencial para transformar a prática pedagógica, sua implementação depende do conhecimento dos professores e do suporte institucional. A ausência de informação e a falta de incentivo limitam o impacto da lei na prática diária de muitos educadores. Quando apoiados pela gestão e capacitados, os professores têm melhores condições de integrar a EAN ao currículo, promovendo uma educação que, além de acadêmica, é consciente e voltada para o desenvolvimento integral dos alunos.

O quadro 5 apresenta as percepções das professoras sobre a influência das políticas públicas de alimentação escolar no apoio à efetivação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na rede municipal.

Quadro 5 - Percepções das professoras sobre a influência da política pública de alimentação escolar em relação ao apoio à sua efetivação na rede municipal.

Professoras Participantes	Percepção das participantes
P _S	“políticas públicas ainda dão pouca importância e apoio a EAN na escola.”
P _J	“há sim política pública sobre a alimentação saudável.” “dentro da minha escola não consigo enxergar nada, não temos orientação pedagógica que pense em projeto.” “acaba passando despercebido.”
P _{JS}	“haja uma participação das políticas públicas sobre o tema na escola, eu percebi que ainda é de maneira muito tímida e pouco abordada.”
P _M	“grande omissão de políticas, não conheço nenhuma proposta para esse tema.”
P _L	“descaso total para com essa lei tão importante.” “Infelizmente a efetivação da Educação Alimentar e Nutricional na escola não é abordada pelo poder público.”
P _R	“poderia ter uma aproximação dos professores com os nutricionistas.” “necessário um esforço maior da SEMED para a valorização e desenvolvimento com êxito das políticas públicas.”

A percepção das professoras sobre a influência que as políticas públicas de alimentação escolar tiveram em relação a sua efetividade nas escolas revela um cenário de limitações e desafios. Conforme expresso nos relatos das docentes, há uma percepção clara de que as políticas públicas, embora existam, têm presença e impacto muito tímidos no contexto escolar. As falas apontam que, embora haja uma legislação e políticas determinantes, como a Lei 13.666/2018, que torna obrigatória a educação alimentar nos currículos escolares, a implementação efetiva e o apoio pedagógico necessário.

Muitas professoras, como expressa a P_J, reconhecem a existência de políticas públicas sobre alimentação saudável. No entanto, apontam que, dentro do ambiente escolar, essas políticas não se traduzem em orientações práticas ou projetos pedagógicos estruturados: “dentro da minha escola não consigo enxergar nada, não temos orientação pedagógica que pense em projeto... acaba passando despercebido.”

Além disso, há a percepção de descaso por parte do poder público é mencionada pela P_L, que observa: “Infelizmente, a efetivação da Educação Alimentar e Nutricional na escola não é abordada pelo poder público.” Essa ausência de compromisso reflete a dificuldade em se garantir a aplicabilidade da Lei 13.666/2018, e limita o alcance de práticas educativas que poderiam promover a conscientização sobre alimentação saudável desde a infância.

A Lei 13.666/2018 é uma das mais importantes legislações brasileiras relacionadas à EAN, pois estabelece a obrigatoriedade da educação alimentar e nutricional nos currículos de

educação básica, reforçando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e transversal (Brasil, 2018).

Entretanto, o simples fato de uma lei existir não garante que sua implementação ocorra com qualidade e efetividade, como apontam as professoras. Para que a EAN seja realmente incorporada às práticas pedagógicas, é essencial que haja um apoio constante e estruturado de órgãos como as Secretarias de Educação, que forneçam orientações pedagógicas, materiais e parcerias com profissionais de saúde, como nutricionistas. A professora P_R observa essa necessidade de aproximação e destaca que “poderia ter uma aproximação dos professores com os nutricionistas” para fortalecer o desenvolvimento da EAN na escola

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também representa um avanço importante, pois orienta a inclusão de alimentos saudáveis e o incentivo a práticas educativas sobre alimentação nas escolas. Contudo, como aponta Freitas (2021), a implementação do PNAE enfrenta limitações que impedem que ele cumpra plenamente seu papel educativo. A professora P_J complementa essa visão ao dizer que, apesar de políticas públicas externas para a alimentação escolar, a ausência de uma orientação pedagógica eficaz torna a EAN um tema que "acaba passando despercebido".

A análise das percepções das professoras destaca a lacuna entre a legislação e a realidade escolar. Apesar da existência de políticas e leis, como o PNAE e a Lei 13.666/2018, o apoio eficaz para que a EAN seja executada de maneira sólida e significativamente ainda é limitada. Para avançar, seria crucial fortalecer o apoio técnico e pedagógico nas escolas, capacitar educadores e promover uma parceria entre a área da educação e da saúde. Além disso, é essencial que gestores e órgãos responsáveis, como a SEMED, se empenhem em valorizar desenvolver políticas públicas que apoiem a educação alimentar e nutricional, contribuindo para uma formação integral dos alunos e para a promoção de hábitos alimentares.

O quadro 6 apresenta as percepções das professoras sobre a presença da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, assim como os desafios e as oportunidades relacionadas à implementação dessa abordagem.

Quadro 6 - Como que as professoras veem a Educação Alimentar e Nutricional no Projeto Político Pedagógico e os desafios e as oportunidades.

Professoras Participantes	Percepção das participantes
P _S	“essa lei da educação alimentar e nutricional não é citada diretamente no PPP da nossa escola, a única parte que ele fala sobre isso está associada à educação física.”
P _J	“A educação alimentar e nutricional inserida no projeto político-pedagógico (PPP) da escola.” “Ela é integrada ao currículo de forma transversal, envolvendo diferentes disciplinas.” “envolver a comunidade escolar valorizar e as tradições alimentares regionais.”
P _{JS}	“Está inserida nos conteúdos do currículo embora de maneira tímida.” “esse tema ser abordado de maneira mais frequente e concreta.” “participação de toda a comunidade escolar.” “conhecimento que gera mudança de hábitos.”
P _M	“Não está inserido.” “desafio é criar planejamento para esse tema.” “aceitação da comunidade escolar para a mudança de novos hábitos.”
P _L	“não está inserida no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.”
P _R	“ PPP de 2024 não foi feito como deveria e como está previsto em Lei.” “desafios encontrados são a falta de norteadores para trabalhar a alimentação integrada as diferentes disciplinas.” “uma determinada semana do ano letivo para trabalhar o assunto.”

A percepção das professoras sobre a inserção da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola evidencia tanto as limitações quanto as potencialidades desse tema no ambiente escolar. Embora algumas delas identifiquem tentativas de incluir a EAN de forma transversal, a maioria aponta para a ausência de diretrizes claras e uma integração efetiva no PPP. Autores como José Carlos Libâneo (2001) e Celso Vasconcellos (2002) apresentados para essa discussão ao destacarem a importância de um currículo que articule de maneira prática e significativa temas transversais, como a EAN, no desenvolvimento integral do aluno.

A professora P_S menciona que a Lei 13.666/2018, que tornou obrigatória a inclusão da EAN nos currículos, não é relevante diretamente no PPP da escola, estando apenas de forma tangencial na disciplina de Educação Física: “a única parte que ele fala sobre isso está associado à Educação Física.” Essa observação revela uma lacuna na abordagem interdisciplinar e aponta para uma necessidade de maior estruturação no planejamento pedagógico, a fim de que a EAN permeie as diversas áreas do conhecimento, como sugerido pela própria legislação e defendido por Vasconcellos (2002) que enfatiza que o PPP deve ser

um documento vivo, que atenda às necessidades reais da comunidade escolar e promova a transformação da prática pedagógica.

Por outro lado, a P_J observa que a EAN está integrada de forma transversal ao currículo, envolvendo diferentes disciplinas e procurando envolver a comunidade escolar e valorizar as tradições alimentares regionais. Essa visão dialoga com a ideia de currículo interdisciplinar defendida por Libâneo (2001), que aponta que temas transversais devem ser envolvidos por diferentes áreas do conhecimento, a fim de construir um aprendizado mais significativo e integrada. E ainda o autor argumenta que temas como a EAN não podem se limitar a uma única disciplina, pois eles estão diretamente relacionados à formação cidadã e ao desenvolvimento.

A professora P_{JS} reforça essa perspectiva ao destacar que a EAN está inserida nos conteúdos curriculares, embora de maneira “tímida”. A professora reconhece o potencial transformador desse tema e defende uma abordagem mais constante e concreta, com a participação de toda a comunidade escolar. “Conhecimento que gera mudança de hábitos” é uma frase que resume a importância de uma abordagem educativa sólida e contínua, que promove a conscientização e a mudança de comportamentos. Esse comentário se alinha à visão de Libâneo (2001), sobre o papel transformador da escola e do currículo, que deve ir além da mera transmissão de conteúdo e se direcionar à formação integral.

Os desafios na implementação da EAN no PPP são amplamente discutidos pelas professoras, como destaca P_M, que aponta que a EAN não está inserida no projeto e que o desafio maior é “criar planejamento para esse tema”. A professora ressalta a importância das facilidades da comunidade escolar para a mudança de hábitos, evidenciando que a EAN não se restringe ao currículo, mas envolve também o envolvimento da comunidade escolar. Essa visão encontra respaldo em Vasconcellos (2002), que argumenta que o PPP deve ser construído de forma participativa, integrando a comunidade e respeitando a realidade e as necessidades dos alunos.

A professora P_R traz uma crítica ao PPP atual, dizendo que “o PPP de 2024 não foi feito como deveria e como está previsto em Lei”. Ela menciona a falta de diretrizes claras para integrar a EAN em diferentes disciplinas, o que resulta em uma abordagem fragmentada e insuficiente. A falta de “norteadores” mencionada pela professora destaca a importância de um planejamento pedagógico que organize de maneira efetiva a EAN dentro do currículo. Libâneo (2013) reforça essa necessidade ao afirmar que o planejamento deve ser estratégico e coletivo, promovendo a formação integral e uma prática pedagógica.

No entanto, apesar das dificuldades, algumas professoras enxergam oportunidades, como P_J e P_{JS}, por exemplo, que destacam a importância de envolver a comunidade escolar e valorizar as tradições alimentares regionais, o que poderia aumentar a relevância do tema para os alunos e suas famílias. Esse aspecto cultural é fundamental para que o PPP se torne um documento que reflita a realidade local, promovendo uma educação que respeite e valorize a diversidade,

A inclusão da EAN no PPP da escola é um desafio que exige uma abordagem multidisciplinar e uma participação ativa da comunidade escolar. A falta de orientação pedagógica e de diretrizes claras são obstáculos reconhecidos pelas professoras, o que aponta para a necessidade de maior apoio e capacitação por parte das políticas públicas. Além disso, autores como Libâneo (2013) e Vasconcellos (2017) ressaltam que a escola, ao articular a EAN de forma significativa no currículo, contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a saúde e o bem-estar.

Portanto, o PPP deve ser revisado e atualizado de maneira participativa, de modo a garantir que a EAN seja abordada como uma prática educativa transformadora e essencial no desenvolvimento integral do aluno.

O quadro 7 apresenta exemplos de práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras para integrar a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ensino.

Quadro 7 - Exemplos de práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras para integrar a Educação Alimentar e Nutricional no ensino

Professoras Participantes	Percepção das participantes
P _S	<p>“costumo citar os alimentos da merenda escolar, que são alimentos pensados na nutrição de forma mais saudável.”</p> <p>“estiveram aqui duas nutricionistas para fazer um experimento com as crianças, foi servido um cardápio novo, foi canjiquinha amarela.”</p> <p>“todos os alunos votaram se gostaram ou não dessa comida e acabou que foi aceito.”</p>
P _J	<p>“exemplos de trabalhos que faço com as crianças, não pode faltar a Leitura de Rótulos e Embalagens: nos usamos rótulos de alimentos”</p> <p>“ler informações básicas, como ingredientes e valores nutricionais.”</p> <p>“Criamos Livros de Receitas: Os alunos puderam criar seus próprios livros de receitas saudáveis, escrevendo os ingredientes e o modo de preparo, essa atividade foi um trabalho que envolvemos a família, eles trouxeram receitas de casa.”</p>
P _{JS}	<p>“roda de conversa, geralmente dos conteúdos apresentados no material didático livro.”</p> <p>“degustação de frutas e alimentos saudáveis em momentos oportunos que abordam as diferentes culturas, como a indígena.”</p> <p>“degustação de salada de frutas no lanche coletivo.”</p> <p>“pesquisas nos encartes.”</p>

P _M	“exemplos de alimentos saudáveis e naturais e tento estimular a troca de produtos industrializados por frutas na hora da refeição a escola.”
P _L	“conversamos sobre o cardápio da escola.” “eu costumo tirar cópias para todos fazermos a leitura do café da manhã e do almoço.” “também tem disponível na cozinha as calorias de cada porção que é servida.” “podemos degustar na hora do recreio.”
P _R	“me alimentar com os alunos, incentivo ao consumo de frutas.” Rodas de conversa sobre alimentação, higiene com os alimentos.”

A integração da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ensino, segundo a perspectiva freireana, busca não apenas transmitir informações sobre alimentação saudável, mas também promover uma postura crítica e ativa dos alunos em relação aos próprios hábitos alimentares e ao contexto social em que vivem. Paulo Freire (1970) defende uma educação dialógica, que valorize a experiência do aluno e o coloquio como sujeito ativo na construção do conhecimento. Aplicando esse princípio à EAN, as professoras combinadas práticas pedagógicas que promovem a reflexão e o envolvimento direto dos alunos, criando um espaço de diálogo e construção coletiva.

A professora P_S, por exemplo, comenta que utiliza os alimentos da merenda escolar como ponto de partida para discutir a nutrição de forma acessível. Ao citar a visita de nutricionistas e o experimento com o cardápio de “canjiquinha amarela”, ela destaca uma abordagem que valoriza a experiência prática dos alunos e a participação deles na escolha dos alimentos servidos na escola. Esse tipo de prática ressoa com o pensamento de Freire, que enfatiza a importância de tornar o aprendizado significativo e contextualizado.

A experiência dos alunos votando sobre o cardápio é uma maneira de valorizar a autonomia e estimular a reflexão crítica sobre a alimentação. P_J explora atividades como a “Leitura de Rótulos e Embalagens” e a criação de “Livros de Receitas”, que envolve não apenas os alunos, mas também suas famílias. Esse envolvimento familiar expande o impacto da EAN para além da sala de aula, promovendo uma aprendizagem que se enraíza na prática cotidiana. Essa conexão com a realidade dos alunos, algo que Freire (1970) considerava essencial, ajuda a tornar o aprendizado mais significativo e contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Ao compreender e discutir os ingredientes e valores nutricionais, os alunos exercem o pensamento crítico sobre o consumo e a origem.

A professora P_{JS} menciona o uso de rodas de conversa, a amostragem de alimentos saudáveis e o reconhecimento das diferentes culturas alimentares, como um indígena. Esses

momentos coletivos promovem o diálogo e respeitam a diversidade cultural, incentivando a troca de saberes. Para Freire (1970), o diálogo é fundamental para uma educação emancipadora, pois permite que alunos e professores compartilhem suas vivências e conhecimentos.

Ao discutir diferentes culturas e suas tradições alimentares, P_{JS} reforça o respeito e a valorização das identidades culturais dos alunos, P_M destaca o incentivo ao consumo de alimentos naturais, como frutas, em substituição a produtos industrializados. Essa prática é uma forma de conscientizar os alunos sobre as escolhas alimentares e seus impactos na saúde. Freire (1970) defende uma educação voltada para a transformação da realidade, e ao estimular escolhas conscientes, a professora promove o protagonismo dos alunos na adoção de práticas mais saudáveis. Da mesma forma, P_L realiza atividades com o cardápio da escola, fazendo a leitura coletiva do café da manhã e do almoço, reforçando a importância da alimentação.

A professora P_R, ao se alimentar junto com os alunos e realizar rodas de conversa sobre higiene alimentar, reforça o exemplo prático e cria um espaço de interação. Essa postura aproxima a prática docente da vida cotidiana dos estudantes e enfatiza o papel de modelo que os professores podem desempenhar. Freire (1970) valorizou essa proximidade, pois ela reforça a aprendizagem pela prática e pelo exemplo, facilitando a identificação dos alunos.

Essas práticas revelam oportunidades de tornar o EAN uma parte fundamental do currículo escolar e dos hábitos alimentares dos alunos, mas também destacam desafios, como a necessidade de apoio pedagógico e de materiais adequados para desenvolver essas atividades de forma constante e estruturada. A prática freireana aplicada à EAN exige um compromisso com o diálogo e a participação ativa da comunidade escolar, sendo essencial o apoio de políticas públicas que fortalecem.

As práticas pedagógicas discutidas mostram que, ao integrar a EAN de maneira dialógica e prática, os professores incentivam a autonomia e a reflexão crítica dos alunos. Essas atividades positivas para a formação de cidadãos conscientes e críticos, alinhando-se ao ideal freireano de uma educação que vai além do conteúdo.

O quadro 8 descreve o envolvimento dos alunos em atividades relacionadas à Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Quadro 8 – Descrição do envolvimento dos alunos em atividades relacionadas à Educação Alimentar e Nutricional

Professoras Participantes	Percepção das participantes
P _S	“percebi que a maioria das crianças não tem acesso, não tem noção o quanto é importante.”
P _J	Os alunos discutem e refletem sobre suas próprias escolhas alimentares.” “eles conversaram sobre o lanchinho que trazem.” “estão desenvolvendo uma visão crítica e consciente sobre suas escolhas alimentares.”
P _{JS}	“roda de conversa, geralmente dos conteúdos apresentados no material didático livro.” “degustação de frutas e alimentos saudáveis em momentos oportunos que abordam as diferentes culturas, como a indígena.” “degustação de salada de frutas no lanche coletivo.” “pesquisas nos encartes.”
P _M	“Poucos alunos se interessam.” “alguns buscam experimentar novos hábitos.”
P _L	“O envolvimento do discente com a Alimentação Escolar e Nutricional é na hora do recreio eles ficam na fila e quando chegam para pegar o desjejum e/ou almoço se eles não gostarem do cardápio ofertado não comem.”
P _R	“Os alunos são muito interessados, alguns alunos começaram a levar diferentes frutas como opção de lanche, garrafinhas de água para consumo em sala.”

Ao analisar as falas das professoras participantes, observamos uma diversidade de percepções sobre o envolvimento dos alunos nas atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Essas percepções refletem diferentes níveis de engajamento, desde uma participação passiva até uma construção mais ativa e crítica de escolhas alimentares. Para aprofundar a discussão, é importante contextualizar essas percepções com referências teóricas que abordem o papel da EAN na promoção da autonomia alimentar e da conscientização crítica.

A professora P_S destaca uma falta de noção e acesso entre os alunos sobre a importância da alimentação saudável: "...percebi que a maioria das crianças não tem acesso, não tem noção o quanto é importante...". Isso aponta para um contexto em que há necessidade de ampliar as oportunidades de aprendizado sobre alimentação, reconhecendo o papel social da escola como espaço de equidade (Canesqui; Garcia, 2018). A fala sugere que muitas crianças ainda não possuem o conhecimento ou as condições necessárias para desenvolver práticas alimentares saudáveis, o que também sinaliza a importância da EAN para a construção de hábitos alimentares mais saudáveis desde a infância (Nascimento et al., 2019).

A professora P_J observa que os alunos "discutem e refletem sobre suas próprias

escolhas alimentares..." e "estão desenvolvendo uma visão crítica e consciente sobre suas escolhas alimentares". Essa percepção alinha-se ao conceito freiriano de educação crítica, em que o aprendizado vai além da transmissão de conhecimentos e se transforma em uma prática de reflexão e autonomia (Freire, 1996). A possibilidade de "conversar sobre o lanchinho que trazem" sugere um movimento para que os alunos compreendam suas escolhas e, gradualmente, assumam responsabilidade por elas. Como destaca Monteiro et al. (2020), a reflexão sobre as práticas alimentares incentiva o desenvolvimento da autonomia, uma das metas fundamentais da EAN.

É mencionado por P_{JS} atividades práticas como rodas de conversa, degustação de frutas e lanches coletivos, que abrangem diferentes culturas, como a indígena. Essa abordagem prática e multicultural contribui para que os alunos entendam a EAN não só como uma questão de saúde individual, mas também como parte de um contexto social e cultural mais amplo (Oliveira; Soares, 2021). A realização de atividades como degustações e pesquisas no cotidiano da sala de aula proporciona aos alunos uma experiência sensorial e participativa que fortalece o aprendizado e a motivação para adotar hábitos saudáveis.

A fala de P_M revela uma percepção de desinteresse geral, com poucos alunos mostrando disposição para experimentar novos hábitos: "Poucos alunos se interessam... alguns buscam experimentar novos hábitos". Esse desinteresse pode estar relacionado com barreiras culturais ou familiares, como observado em estudos de Bessa et al. (2017), que destacam que o ambiente familiar e social exerce grande influência sobre as práticas alimentares. Nesse contexto, pode ser necessário criar estratégias de incentivo que atraiam a atenção dos alunos para a importância de um estilo de vida saudável.

É apontado por P_L um envolvimento pontual dos alunos, principalmente no momento do recreio, em que alguns optam por não consumir o cardápio oferecido. Essa fala reflete um contexto em que as escolhas alimentares são passivas e dependem muito da oferta, algo que contrasta com os objetivos da EAN de promover escolhas conscientes e críticas (Canesqui; Garcia, 2018). O ato de simplesmente pegar o alimento sem refletir sobre suas opções limita a construção da autonomia alimentar e sugere que a EAN ainda não atingiu seu potencial transformador para esses alunos.

Finalmente, P_R traz uma visão positiva sobre o interesse dos alunos, destacando que alguns "começaram a levar diferentes frutas como opção de lanche, garrafinhas de água para consumo em sala". Esse relato aponta para um efeito concreto das ações de EAN, em que os alunos passam a integrar práticas saudáveis em seu cotidiano.

Essa mudança é um exemplo de como a EAN pode influenciar positivamente a formação de hábitos, um aspecto crucial para o desenvolvimento de uma relação saudável com a alimentação (Nascimento et al., 2019).

Portanto, essa análise destaca a importância de uma abordagem que vai além da transmissão de informações, priorizando a prática e a conscientização crítica, para que a EAN possa efetivamente transformar as práticas alimentares dos alunos e contribuir para a formação de uma sociedade mais consciente e saudável.

No quadro 9 encontram-se descritos os principais desafios enfrentados pelas professoras na aplicação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em suas aulas.

Quadro 9 - Descrição dos principais desafios enfrentados na aplicação da Educação Alimentar e Nutricional suas aulas

Professoras Participantes	Percepção das participantes
P _S	“desafios temos muitos, mais o que me deixa mais desanimada é a falta de material didático.”
P _J	“sempre as mesmas reclamações a falta de recursos, ausência de matérias didáti-co.” “parece que a educação não é uma prioridade.”
P _{JS}	“A falta do diálogo com a equipe de nutrição que age nas escolas e a falta de in-centivo das famílias nessa prática de alimentação saudável.”
P _M	“Poucos alunos se interessam.” “alguns buscam experimentar novos hábitos.”
P _L	“Falta de recursos e capacitação para os professores.”
P _R	“ausência de norteadores para motivar e incentivar os docentes a desenvolverem a temática. Não há um projeto contínuo ao longo do ano em que dialogue com dife-rentes temas.” “trabalhar sem apoio, ter que pensar e desenvolver todas as demandas.” “Não há um apontamento, orientação, diálogo, palestra.”

A análise das falas das professoras revela diversos desafios enfrentados na aplicação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas, destacando tanto questões estruturais quanto a necessidade de envolvimento de múltiplos atores para uma implementação eficaz. Os principais obstáculos mencionados envolvem a falta de materiais didáticos e recursos, ausência de diálogo entre os profissionais envolvidos, pouca motivação e apoio dos alunos e familiares, e a inexistência de uma política continuada que sustente a EAN ao longo do ano. Esse panorama exige uma reflexão sobre as políticas atuais e um possível reforço das regulamentações e diretrizes que orientam a EAN nas escolas.

A ausência de materiais e recursos adequados, destacada por P_S “falta de material

didático" e P_J "sempre as mesmas reclamações a falta de recursos", demonstra a dificuldade de integrar a EAN de maneira prática e envolvente para os alunos. Este problema está em desacordo com as diretrizes da Lei 13.666/2018, que estabelece a obrigatoriedade da Educação Alimentar e Nutricional no currículo escolar e sugere o uso de materiais específicos para apoiar essa prática nas escolas. Segundo Silva et al. (2022), o investimento em recursos apropriados é fundamental para que os professores possam promover atividades interativas que despertem o interesse dos alunos e auxiliem na compreensão dos princípios da alimentação saudável.

P_{JS} menciona a falta de diálogo com a equipe de nutrição e de incentivo das famílias como obstáculos significativos "falta do diálogo com a equipe de nutrição... falta de incentivo das famílias". A Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009), que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enfatiza a importância de uma atuação colaborativa entre nutricionistas, professores e famílias para a promoção da EAN nas escolas. No entanto, sem um diálogo estruturado entre esses atores, a implementação se torna fragmentada e perde seu impacto. De acordo com Vieira e Oliveira (2021), a colaboração entre os profissionais de nutrição e os educadores facilita a criação de um ambiente de aprendizagem mais abrangente, além de possibilitar a inclusão de práticas que possam ser replicadas em casa pelos alunos e suas famílias.

O desinteresse dos alunos, mencionado por P_M "Poucos alunos se interessam...", e a falta de incentivo das famílias apontam para a necessidade de estratégias que envolvam a comunidade escolar como um todo. Esse desafio é discutido na Resolução FNDE/CD nº 6/2020 (BRASIL, 2020), que orienta as escolas a desenvolverem programas de EAN que envolvam não só os alunos, mas também suas famílias e comunidades locais, promovendo uma cultura alimentar mais inclusiva e participativa.

De acordo com Gomes et al. (2023), a falta de engajamento dos alunos pode ser mitigada quando as atividades de EAN são integradas com temas culturais e familiares, o que torna o aprendizado mais significativo e conecta a alimentação escolar à realidade dos estudantes.

Outro ponto levantado por P_L e P_R diz respeito à falta de capacitação dos docentes e à ausência de um projeto continuado. A fala de P_R destaca que "não há um projeto contínuo ao longo do ano que dialogue com diferentes temas", o que demonstra a falta de planejamento de longo prazo na implementação da EAN. A legislação vigente, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), recomenda que o planejamento das atividades seja

estruturado ao longo de todo o ano letivo, com capacitações periódicas para os educadores. Conforme relata Santos e Almeida (2022), programas de formação para professores são essenciais para que a EAN seja integrada ao currículo de forma interdisciplinar e com efetividade, permitindo que os docentes desenvolvam atividades mais inovadoras e contextualizadas.

A ausência de “norteadores” ou orientações específicas para os professores, mencionada por P_R, indica uma lacuna na implementação de políticas de EAN. Embora a Lei 13.666/2018 estabeleça a obrigatoriedade da EAN nas escolas, as diretrizes ainda são amplas e não fornecem um caminho claro para a criação de programas estruturados. O desenvolvimento de materiais orientadores e programas de capacitação continuada poderia contribuir para sanar essa carência, como sugerem estudos recentes sobre a EAN (Lima et al., 2023).

Essas falas das professoras revelam a necessidade de fortalecer a infraestrutura escolar e de promover maior integração entre os diferentes agentes envolvidos, incluindo professores, famílias e nutricionistas. Para que a EAN seja efetivamente aplicada, é essencial que o poder público assegure o cumprimento das legislações vigentes com o fornecimento adequado de materiais e recursos, e que as políticas sejam adaptadas para garantir maior apoio pedagógico e motivacional aos professores. Essa abordagem integrada e colaborativa permitiria à EAN cumprir seu papel de desenvolver uma visão crítica e saudável nos alunos sobre suas escolhas alimentares, tornando-os mais conscientes dos impactos de suas decisões para o futuro.

O quadro 10 apresenta a avaliação dos resultados do ensino da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na prática pedagógica das professoras.

Quadro 10 - Avaliação dos resultados do ensino da Educação Alimentar e Nutricional na prática pedagógica das professoras.

Professoras Participantes	Percepção das participantes
P _S	“tem sido boa, mas acredito que melhor agora a partir do conhecimento e entendimento da lei 13.666/2018.”
P _J	“A implementação da educação alimentar e nutricional na minha prática pedagógica tem mostrado resultados positivos.” “aumento no conhecimento dos alunos sobre alimentação saudável, evidenciado por melhorias nas avaliações e participação ativa em atividades relacionadas, como atividades simples dentro da sala” “indícios de mudanças nos hábitos alimentares, com alunos adotando práticas mais saudáveis. O retorno de alunos e pais tem sido positivo.” “eu acredito que algo de positivo eu consegui passar para eles.”
P _{JS}	“Avalio positivo, mas acredito que pode ser aprimorado com mais participação da comunidade escolar e dos órgãos de saúde.”
P _M	“Os resultados são poucos expressivos, poucos projetos e trabalhos sobre o tema.”
P _L	“Mesmo falando de vez em quando sobre a Educação Alimentar e Nutricional acho que na minha prática pedagógica avaliaria como ruim.”
P _R	“Sinceramente, precisa melhorar muito e tenho muito o que estudar sobre o tema.” “Até mesmo, para que eu posso trazer a temática de forma mais convidativa e lúdica para que efetivamente haja uma mudança de comportamento fora da escola.”

A análise das falas das professoras sobre os resultados do ensino de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em suas práticas pedagógicas revela uma diversidade de percepções e experiências. Embora algumas professoras observem avanços e impactos positivos, outras apontam limitações e destacam a necessidade de mais apoio, capacitação e envolvimento da comunidade. Esses relatos refletem os desafios enfrentados na implementação da EAN e ressaltam a importância das políticas públicas e das legislações para sustentar essas práticas.

A professora P_S avalia a implementação da EAN como positiva e destaca que esse resultado foi aprimorado a partir do conhecimento da Lei 13.666/2018, que tornou obrigatório o ensino de EAN nas escolas. Este aspecto é significativo, pois a legislação visa fornecer uma base sólida para que a EAN se torne parte integral do currículo escolar, incentivando escolas e professores a desenvolverem atividades regulares voltadas para a promoção da saúde alimentar.

Segundo Lima et al. (2023), o conhecimento das leis educacionais reforça a prática pedagógica dos professores e os motiva a explorar temas como alimentação saudável de forma mais consistente.

Resultados positivos é também observado por P_J em sua prática, mencionando um aumento no conhecimento dos alunos sobre alimentação saudável e até mudanças nos hábitos alimentares, com um parecer positivo de alunos e pais. Isso está alinhado com a Resolução FNDE/CD nº 6/2020 (BRASIL, 2020), que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e incentiva atividades educativas que promovam práticas alimentares saudáveis dentro e fora do ambiente escolar. Estudos mostram que programas de EAN nas escolas, quando bem implementados, resultam em comportamentos alimentares mais saudáveis entre os estudantes, como observado por Silva e Santos (2022).

Os resultados são considerados satisfatórios por P_{JS}, porém acredita que a EAN poderia ser ainda mais eficaz com uma maior participação da comunidade escolar e de órgãos de saúde. Esse aspecto é reforçado pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que destaca a importância do envolvimento de múltiplos setores para a promoção da EAN nas escolas. A integração entre a escola e os serviços de saúde ajuda a construir uma rede de apoio e a expandir o impacto das atividades de EAN para além da sala de aula, promovendo uma cultura de alimentação saudável na comunidade escolar (Gomes; Oliveira, 2021).

Algumas professoras, como P_M, P_L e P_R, expressam uma avaliação menos positiva dos resultados. P_M menciona que os resultados são poucos expressivos devido à falta de projetos e trabalhos contínuos sobre o tema. P_L avalia como negativa sua prática em EAN, observando que o tema é abordado de maneira esporádica. Já P_R admite que os resultados poderiam ser melhores e que seria importante aprofundar seu conhecimento sobre o tema para apresentá-lo de forma mais convidativa e lúdica aos alunos.

Esses pontos ressaltam a importância da capacitação contínua dos docentes, uma necessidade também apontada pela PNAN e pela Lei 13.666/2018, que sugere a inclusão de formação sobre EAN para professores. Conforme destacam Santos e Almeida (2022), a formação específica sobre EAN capacita os professores a desenvolverem estratégias pedagógicas mais interativas e engajadoras, tornando a aprendizagem sobre alimentação mais atrativa e eficaz.

As avaliações das professoras refletem o potencial transformador da EAN, mas também os desafios para que essa prática seja implementada de forma contínua e eficaz. A falta de regularidade e o impacto limitado em algumas turmas sugerem que, apesar dos avanços, ainda há um caminho a ser percorrido para que a EAN se consolide nas escolas de maneira abrangente. Conforme observado por Freitas e Andrade (2023), o fortalecimento da EAN nas escolas depende da articulação de uma política integrada e da sensibilização dos

professores para que possam reconhecer o valor do tema e aplicá-lo de maneira constante.

Portanto, para que a EAN seja eficaz e alcance melhores resultados, é essencial investir em formações pedagógicas, assegurar recursos e incentivar a criação de programas contínuos que envolvam a comunidade escolar e promovam o diálogo com os órgãos de saúde. Esse modelo de implementação proporcionaria não só uma melhoria nos hábitos alimentares dos alunos, mas também a construção de uma cultura de saúde e bem-estar no ambiente escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu uma imersão crítica no modo como a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) vem sendo tratada no contexto da Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti (DAR), especialmente a partir da análise de seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Embora o documento reconheça a importância da EAN em termos normativos, ficou evidente que sua efetivação prática ainda é incipiente, marcada por ações pontuais e desarticuladas das demais áreas do conhecimento. Essa constatação revela uma fragilidade estrutural nos currículos escolares, que ainda não conseguem incorporar, de forma sistemática e transversal, temas fundamentais para a formação cidadã dos estudantes.

A partir da análise documental, das entrevistas com docentes e da revisão teórica, foi possível perceber que a ausência de uma abordagem integrada da EAN não decorre apenas da falta de interesse ou conhecimento, mas também da carência de formação continuada, da escassez de recursos pedagógicos contextualizados e da dificuldade de romper com a lógica disciplinar ainda hegemônica na organização curricular. Nesse sentido, a pesquisa contribuiu para lançar luz sobre essas barreiras, ao mesmo tempo em que propôs caminhos para superá-las.

Como pesquisadora, considero que esta investigação foi extremamente relevante e enriquecedora. Ela evidenciou o quanto a EAN pode ser potente na promoção de uma educação crítica e emancipatória, mas também o quanto ela ainda precisa ser reconhecida como prioridade dentro das práticas escolares. Para contornar as fragilidades identificadas, acredito que uma das estratégias mais promissoras seria o fortalecimento da autonomia pedagógica da escola. Isso implica revisitar coletivamente o PPP, promovendo espaços de diálogo entre professores, gestores, alunos e famílias para redefinir prioridades, metas e ações concretas de integração da EAN ao cotidiano escolar.

A contribuição mais significativa, ao longo deste processo, foi justamente a de provocar esse olhar crítico e propor alternativas viáveis que partem da realidade da própria escola. Sugiro, por exemplo, a criação de projetos permanentes, como hortas escolares, oficinas culinárias, rodas de conversa sobre alimentação e ações interdisciplinares que envolvam diferentes componentes curriculares. Essas práticas, além de favorecerem o engajamento dos alunos, criam oportunidades de participação da comunidade e fortalecem o vínculo entre teoria e prática.

Outro aspecto relevante foi compreender que a efetivação da EAN não pode depender exclusivamente de diretrizes da Secretaria Municipal de Educação (SME) ou de órgãos superiores. A escola, enquanto espaço democrático e de construção coletiva do conhecimento, possui autonomia para propor, experimentar e consolidar práticas pedagógicas alinhadas às necessidades de sua comunidade escolar. Esperar por soluções externas é negligenciar o potencial transformador que reside nos próprios sujeitos escolares — sobretudo nos professores, que são agentes centrais desse processo.

Portanto, nesta dissertação é reforçada a ideia de que a escola precisa assumir um protagonismo mais ativo na implementação da EAN, rompendo com uma postura passiva diante dos desafios e exercendo sua capacidade de inovar a partir do local. A promoção da alimentação saudável, da segurança alimentar e da sustentabilidade pode — e deve — ser tratada como eixo estruturante do currículo, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e comprometidos com a transformação social.

Como caminho futuro, sugere-se que novas pesquisas explorem metodologias ativas aplicadas à EAN e investiguem os impactos reais das ações educativas na formação dos estudantes. Essa abordagem poderá subsidiar políticas públicas mais eficazes e estratégias pedagógicas mais conectadas com os desafios contemporâneos da alimentação e da educação.

Assim, conclui-se esta jornada com a convicção de que a EAN é muito mais do que um conteúdo a ser ensinado: é uma prática de cuidado, de autonomia, de cidadania e de resistência. E, sobretudo, é um direito que precisa ser garantido a todos os estudantes por meio de uma escola comprometida, crítica e transformadora.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Danielle B. da S. *Educação alimentar e nutricional no ambiente escolar: práticas pedagógicas e desafios*. 2019. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ALMEIDA, T. J. B. Abordagem dos temas transversais nas aulas de Ciências do Ensino Fundamental no distrito de Arembepe, Município de Camaçari-BA. *Candombá – Revista Virtual*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2006.

BAXTER, P.; JACK, S. Qualitative case study methodology: study design and implementation for novice researchers. *The Qualitative Report*, v. 13, n. 4, p. 544-559, 2008.

BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 103-115, 2009.

BORTOLINE, G. A.; VITÓLO, M. R.; GUBERT, M. B.; SANTOS, L. M. P. Educação alimentar e nutricional no ambiente escolar: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Saúde Escolar*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 65-75, 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

_____. Decreto n. 37 106, de 31 mar. 1995. Institui a Campanha de Merenda Escolar. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 abr. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1955/Anexo/And37112-55.pdf. Acesso em: 3 mai 2023.

_____. Lei n. 9 394, de 20 dez. 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Presidência da República, 1996.

_____. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais*. Brasília: MEC/SEB, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>.

_____. Lei n. 11 947, de 16 jun. 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da U-*

nião, Brasília, 17 jun. 2009.

_____. Decreto n. 8 553, de 3 nov. 2015. Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 nov. 2015.

_____. Lei n. 13 666, de 16 mai. 2018. Altera a Lei n. 9 394, de 20 dez. 1996, para incluir a temática da educação alimentar e nutricional na educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

_____. Ministério da Saúde. *Guia Alimentar para a População Brasileira*. 2. ed. Brasília: MS, 2014.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programa Nacional de Alimentação Escolar: avanços e perspectivas*. Brasília: FNDE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/pnae>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CANELLA, D. S.; JAIME, P. C. Ambiente alimentar escolar e políticas públicas: desafios para a promoção da alimentação adequada e saudável. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 4, p. 162-173, 2020.

CARVALHO, C.; SILVA, L. Educação alimentar e nutricional como prática pedagógica: construção de hábitos e consciência alimentar. *Educação em Perspectiva*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 89-102, 2020.

CRESWELL, J. W. *Qualitative Inquiry and Research Design: choosing among five approaches*. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

CUNHA, M.; GOMES, J. *Educação alimentar integrada: abordagens e resultados*. São Paulo: Editora Educação, 2020.

DALL'AGNOL, A. M. Ranking dos maiores países produtores de alimentos do mundo. *Veja Baril*. Disponível em: <https://www.vejabaril.com.br>. Acesso em: 13 jun. 2017.

DAMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). *The SAGE handbook of qualitative research*. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

FAO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2017*. Rome: FAO, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-I7695e.pdf>.

FIATES, G. M. R.; VEIROS, M. B. Educação alimentar e nutricional no contexto escolar: perspectivas para a promoção de práticas pedagógicas saudáveis. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 24, n. 4, p. 559-570, 2011.

FIORENTINI, D. *et al. Investigação em educação: percursos teóricos e metodológicos*. Campinas: Autores Associados, 2010.

FLÁVIO, E. F.; BARCELOS, M. F. P.; LIMA, A. L. Avaliação química e aceitação da merenda escolar de uma escola estadual de Lavras-MG. *Ciencagrotec*, Lavras, v. 28, n. 4, p. 840-847, 2004.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 2012.

GAGLIONE, C. *et al. Nutrição educacional em São Paulo*. Campinas, v. 19, n. 3, p. 309-320, mai./jun. 2006.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HEGENBERG, L. Método aporético: Sócrates. In: HEGENBERG, L.; SILVA, M. F. A. *Métodos*. São Paulo: EPU, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude-escolar.html>. Acesso em: 18 abr. 2025.

_____. *SIDRA. Tabela 6579: estimativas da população residente por faixa de idade e sexo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 18 abr. 2025.

IMPRENSA LATINA BRASIL247.com. Disponível em: <https://noticias.band.uol.com.br>. Acesso em: 18 out. 2017.

JAPERI (RJ). Prefeitura Municipal. Histórico da Escola Municipal Darcio Ayres Raunheiti. Japeri, 2014. Disponível em: <https://www.japeri.rj.gov.br/historico-escola-darcio-ayres-raunheiti>. Acesso em: 18 abr. 2025.

LIBÂNEO, J. C. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2013.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 5 jan. 2024.

LIMA, E. S. *Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. *Naturalistic inquiry*. Newbury Park: Sage, 1985.

MACEDO, R. M. de. Formação de professores para EAN: integração entre teoria e prática nos cursos de Licenciatura. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

MAINARDES, J. *Gestão educacional da escola: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2002.

MALAGUTI, J. M. A. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): desafios para a inclusão dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar de Itapecerica da Serra – SP*. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas e Organizações Públicas) – Univer-

sidade Federal de São Paulo, Osasco, 2015.

MARDAGAN, T. R.; OLIVEIRA, A. D. Influência do ambiente escolar na alimentação infantil: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 33, n. 2, p. 225-238, 2019.

MELLO, R. P. *et al.* Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 26-32, 2007.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, C. A. A nova classificação dos alimentos baseada na extensão e propósito do processamento: implicações para a pesquisa, a política e a ação pública em nutrição. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, supl. 1, e00019719, 2018.

_____. *et al.* Aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e impacto na saúde da população brasileira. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 53, p. 1-7, 2019.

MORGADO, F. S.; SANTOS, M. A. A. A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do projeto Horta Viva nas escolas municipais de Florianópolis. *EXTENSIO – Revista Eletrônica de Extensão*, Florianópolis, n. 6, p. 1-10, 2008.

NUSSBAUM, M. C. *Mulheres e desenvolvimento humano: uma abordagem das capacidades*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2003.

OLIVEIRA, M. A.; FREITAS, D. S. Reflexões sobre a educação alimentar e nutricional e seu impacto no desenvolvimento escolar. *Revista Brasileira de Pedagogia e Educação*, Recife, v. 15, n. 2, p. 125-139, 2019.

OLIVEIRA, P. R.; SANTOS, L. F. Tecnologias digitais na formação integral em EAN: desafios e oportunidades. *Revista Educação em Saúde*, v. 9, n. 1, p. 20-35, 2022.

OMS. *Obesity and overweight*. Geneva: World Health Organization, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 18 abr. 2025.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Ensino Médio. Brasília: MEC, 1998.

- PIAGET, J. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- PINTO, L. C.; LEITE, M. G.; ALMEIDA, J. P. *Educação alimentar e nutricional: práticas e desafios na escola contemporânea*. São Paulo: Vozes, 2022.
- PIPITONE, M. A. P. A relação saúde e educação na escola de 1º grau. *Alimentação e Nutrição*, n. 65, p. 48-52, 1995.
- PRETI, O. M.; DOMINGOS DA PAZ, A.; LINO, E. M. Módulo introdutório. Brasília: MEC/FNDE/SEED, 2006.
- RODRIGUES, M. S. Impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no contexto escolar: avaliação de práticas e percepções. 2019. Dissertação (Mestrado em Nutrição em Saúde Pública) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- ROSSETTO, D. C. *A escola e o consumo alimentar de crianças matriculadas na rede pública de ensino*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2002.
- SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 453-462, 2012.
- SANTOS, R. R. *et al.* Influência do ambiente familiar nas preferências alimentares de crianças: um estudo de revisão. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 2279-2290, 2020.
- SAVIANE, D. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2019.
- SILVA, J. G. F. Tecnologias digitais na promoção da alimentação saudável: potencialidades e limites. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020.
- SOUZA, A. L. de; FERREIRA, C. M. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em tempos de pandemia: estudo multicasos em redes municipais. *Revista Pela Alimentação Escolar*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2023.

STAKE, R. E. *Estudos de caso*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

UN. *Sustainable Development Goals*. United Nations, 2020. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>.

UNESCO. *Education for Sustainable Development Goals: Learning Objectives*. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444.locale=en>.

_____. *Relatório Global sobre Alimentação Escolar e Educação para a Sustentabilidade*. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://www.unesco.org/alimentacaoescolar>. Acesso em: 18 abr. 2025.

VASCONCELLOS, C. N. *Planejamento e gestão da escola: uma abordagem crítica*. 5. ed. São Paulo, 2000.

VEIGA, I. P. A. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 24. ed. Campinas: Papirus, 2008.

VERTHEIN, U. P.; AMPARO-SANTOS, L. A. A noção de cultura alimentar em ações de educação alimentar e nutricional em escolas brasileiras: uma análise crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 5 jan. 2024.

VILARTA, R. *Estratégias de promoção da saúde do escolar: alimentação saudável*. Campinas: Ipes Editorial, 2010.

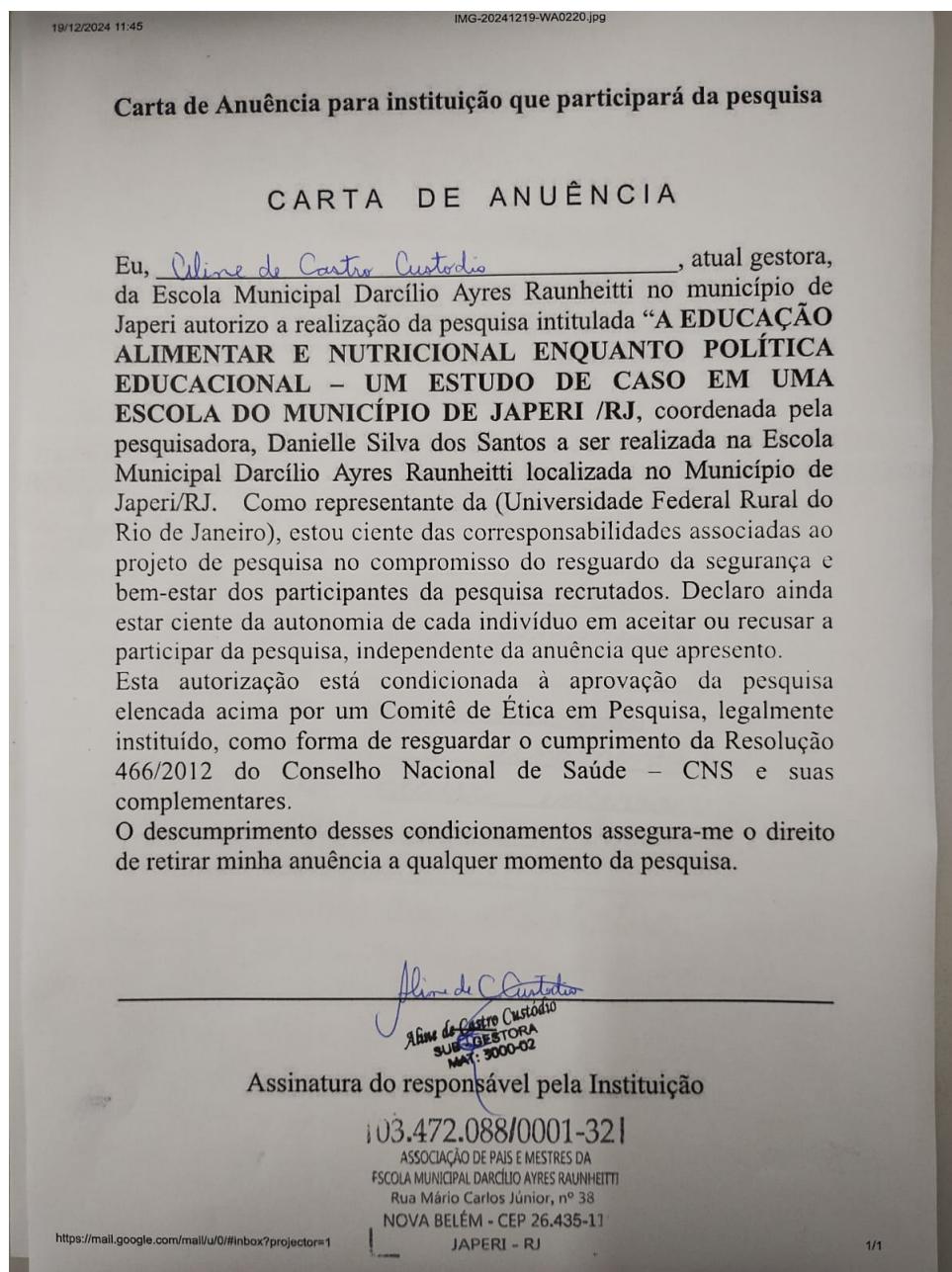
VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

YIN, R. K. *Pesquisa de estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

7 APÊNDICES

Apêndice I - Termo de anuênciâ da escola para realização da pesquisa

Carta de Anuênciam para instituição que participará da pesquisa



Apêndice II - Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada: **“A educação alimentar e nutricional enquanto política educacional – um estudo de caso em uma escola do município de Japeri/RJ”**. O objetivo desta pesquisa é analisar como que a educação alimentar e nutricional, segundo a lei 13666/2018, é percebida pelos docentes da Escola Municipal Darcilio Ayres Raunheitti (DAR), do município de Japeri- RJ, quanto a sua relevância na educação infantil e fundamental.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa é Danielle Silva dos Santos, sendo a mesma orientada pela professora Sandra Regina Gregório professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não o identificar(a). Estando você livre para decidir em qualquer momento a sua não participação na pesquisa. Caso haja desistência é importante ressaltar que não haverá qualquer tipo de represália ao mesmo.

As informações serão obtidas a partir de entrevistas semiestruturada e gravadas no formato de áudio. Para garantir a confiabilidade, o pesquisador entrará em contato para que seja marcado o melhor horário, sendo o entrevistado responsável por essa informação.

Sua participação poderá resultar em riscos e benefícios. Como risco apontamos: cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; constrangimento ao se expor e em responder alguma pergunta, invasão de privacidade, desconforto em responder a questões sensíveis, tomar o seu tempo ao responder ao questionário; desconforto por não ser um bom momento para dar entrevista, ansiedade por estar participando de uma pesquisa. Para enfrentamento desses riscos é garantida confidencialidade e a privacidade, que os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo. E como **benefícios**, após conhecer os resultados da pesquisa, você poderá usufruir dos mesmos em prol das suas atividades, assim como compartilhar conhecimentos e materiais com outras professoras, de forma interdisciplinar, buscando contribuir com a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como tema transversal, no DAR, conforme esta política publica da Lei nº 13.666/2018.

A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor a importância da educação alimentar e nutricional para os docentes da Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheiti.

Você está sendo consultado sobre seu interesse de autorizar sua participação na pesquisa. Você é livre para recusar-se a não participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em não participar não acarretará penalidade alguma.

Você, não será remunerado pela participação na pesquisa. Todas as informações obtidas por meio da sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada e o pesquisador se compromete a manter os dados pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término desta pesquisa. Se após o consentimento de participação você quiser desistir de sua participação, você tem total direito e liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem nenhum prejuízo.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com seus responsáveis: pesquisadora Danielle Silva dos Santos do telefone (21) 991113160, pelo e-mail santosdanielle@gmail.com, e endereço profissional/institucional Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitt, Rua: Maria Carlos Junior, 38 – Nova Belém – Japeri, Cep 26435-110. Orientadora Sandra Regina Gregório através do e-mail gregorio.sandra@gmail.com, endereço profissional/institucional Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Tecnologia, Departamento de Tecnologia de Alimentos. BR 465 Km 07 – campus universitário 23890-000 - Seropédica, RJ – Brasil.

O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre os seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 às terças, quartas ou quintas-feiras, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

Após ter lido e compreendido este Termo de Consentimento. Eu, _____ concordo em participar desta pesquisa. Este termo vai ser assinado por mim em duas vias, uma ficando com o pesquisador e outra comigo.

Data: / /

Eu _____.

Pesquisadora _____

Apêndice III– Roteiro de entrevistas

Roteiro de Entrevistas para Professoras.

- 1-Como você comprehende a Lei 13.666/2018, que trata da obrigatoriedade da Educação Alimentar e Nutricional nos currículos escolares, e qual a importância dessa legislação para o contexto educacional atual? (Em caso de não conhecimento prévio sobre a lei, gostaria de fornecer uma breve explicação sobre ela antes de prosseguirmos com a discussão sobre sua importância para o contexto educacional atual)
- 2-Como você percebe a importância da Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal no contexto educacional?
- 3-Como a Educação Alimentar e Nutricional é abordada no currículo escolar da instituição em que você leciona?
- 4-De que maneira a Lei 13.666/2018, que estabelece a inclusão da educação alimentar e nutricional nos currículos escolares, influencia a prática pedagógica em seu planejamento?
- 5-Como você percebe o papel da política pública de alimentação escolar no apoio à efetivação da Educação Alimentar e Nutricional na escola?
- 6-Como a Educação Alimentar e Nutricional está inserida no Projeto Político Pedagógico da escola? Quais são os desafios e oportunidades?
- 7-Por favor, compartilhar exemplos de práticas pedagógicas que você desenvolve para integrar a Educação Alimentar e Nutricional no seu ensino?
- 8-Como você descreve o envolvimento dos alunos em atividades relacionadas à Educação Alimentar e Nutricional?
- 9-Poderia descrever quais são os principais desafios enfrentados na aplicação da Educação Alimentar e Nutricional em suas aulas?
- 10-Como você avalia os resultados do ensino da Educação Alimentar e Nutricional na sua prática pedagógica?